



**E-BOOK**

**REVISÃO DE VÉSPERA**

# CNU

**CONHECIMENTOS GERAIS**

**|| BLOCOS 8 E 9 ||**

**E S T R A T É G I A   C O N C U R S O S**

**Revisão de  
Véspera CNU  
Conhecimentos Gerais:  
Blocos 8 e 9**

1

**Língua Portuguesa**

Tópico Completo

Prof. Felipe Luccas

2



This slide displays social media contact information for Professor Felipe Luccas. It features four icons: Instagram, YouTube, Telegram, and a stylized '@' symbol. Below each icon is the corresponding handle or name. A yellow banner at the bottom right contains the name 'Prof. Felipe Luccas'.

 @professorfelipeluccas

 Professor felipe luccas

 t.me/professorfelipeluccas

 @professorfelipeluccas

Prof. Felipe Luccas

3



This slide features the logo for FGV (Fundação Getúlio Vargas). The logo consists of the letters 'FGV' in a bold, dark blue font, centered within a horizontal yellow band. The background of the slide is a solid teal color. A yellow banner at the bottom right contains the name 'Prof. Felipe Luccas'.

**FGV**

Prof. Felipe Luccas

4

# SUBSTANTIVO / ADJETIVO / ORDEM

Prof. Felipe Luccas

5

## ADJETIVOS

**1. Qualidade:** tem valor subjetivo/opinativo, varia em grau, tem antônimo.

– INCRÍVEL posição; livro INTERESSANTE; decisão ACEITÁVEL

**2. Relação:** plenamente objetivo, deriva de substantivo, não varia em grau, não tem antônimo; geralmente ligado a pertinência, tipo, categoria, origem ou natureza.

– leis AMBIENTAIS; presidente AMERICANO; vinho PORTUGUÊS; carro IMPORTADO; guerra COMERCIAL; partido POLÍTICO, movimento ESTUDANTIL; casa PATERNA;

Prof. Felipe Luccas

6

## ADJETIVOS

**3. Característica:** tem valor objetivo, descritivo, físico.

– igreja DISTANTE; casa AMARELA; frutas VERMELHAS; parede DURA; pedra LISA.

**4. Estado:** indica uma condição (normalmente psicológica), normalmente transitória.

– pessoa DOENTE; aluno CANSADO; homem CONFUSO;

Prof. Felipe Luccas

7

## FGV / 2025

Assinale a frase em que os dois adjetivos nela destacados são características.

A O que é necessário jamais é ridículo.

B Água mole em pedra dura tanto bate até que fura.

*Gabarito letra B.*

Prof. Felipe Luccas

8

## FGV / 2024

Os adjetivos podem representar estados, características, qualidades ou relações; assinale a frase abaixo em que o adjetivo sublinhado indica uma qualidade.

A) O tempo é aquele velho trapaceiro careca.

E) Nada é mais valioso do que este dia.

*Gabarito letra E.*

Prof. Felipe Luccas

9

## FGV / 2025

Todas as frases a seguir estão acompanhadas de um comentário. Assinale a frase em que esse comentário está incorreto.

A Viajar é um inútil trabalho de ver países diversos. / No termo sublinhado, se houver a inversão das palavras, o significado do termo se modifica.

B Quanto mais do mundo vi, menos pude moldar-me à sua maneira. / O pronome “sua” tem como referente o substantivo “mundo”.

Prof. Felipe Luccas

10

## FGV / 2025

C Andar por terras distantes e conversar com diversas pessoas torna os homens ponderados. / A frase mostra uma visão negativa do ato de viajar.

*Gabarito letra C.*

Prof. Felipe Luccas

11

**VERBO**

Prof. Felipe Luccas

12

## FGV / 2025

Assinale a frase em que a forma do gerúndio está mal-empregada

pelo fato de as ações expressas não poderem ser simultâneas.

(A) Entrou no recinto cantando o hino nacional.

(B) Encontrei Pedro passeando pelo parque.

(C) Acordou, escrevendo uma reclamação para a empresa.

*Gabarito letra C.*

Prof. Felipe Luccas

13

## FGV / 2025

Assinale a afirmativa em que o emprego do gerúndio sublinhado revela inadequação quanto ao uso normativo ou compromete a clareza e correção da construção frasal.

B O que é a verdade? Disse brincando, mas não esperou a resposta.

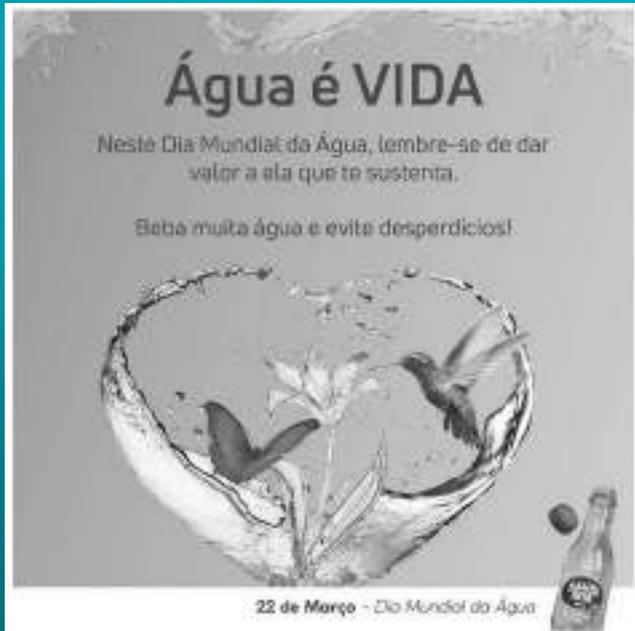
C O filósofo entrou no auditório, falando abertamente a verdade e, por isso, arriscando a vida.

*Gabarito letra C.*

Prof. Felipe Luccas

14

## FGV / 2025



Prof. Felipe Luccas

15

## FGV / 2025

Sobre o cartaz acima, assinale a afirmativa correta.

(A) Todas as frases do cartaz estão gramaticalmente corretas.

(B) A frase “que te sustenta” tem valor conclusivo, em relação à frase anterior.

FALA TU!

Eu falo, tu falas > fala tu

Fala do **seu** problema!

*Gabarito letra E.*

Prof. Felipe Luccas

16

# COESÃO: PRONOME / ADVÉRBIO

Prof. Felipe Luccas

17

## FGV / 2025

A frase em que a palavra **mais** está empregada numa classe gramatical diferente das demais, é:

- A) As maiores verdades são geralmente as mais simples.
- B) A virtude, enquanto tal, proporciona vantagens consideráveis aos mais virtuosos.
- C) De quanto mais tempo se dispõe, mais tempo se desperdiça.
- D) O vício é o mal que mais se faz sem prazer.
- E) Para muitos, a abstinência é mais fácil que a moderação.

*Gabarito letra C.*

Prof. Felipe Luccas

18

## FGV / 2025

Assinale a frase em que houve troca *indevida* entre os pronomes O/LHE.

- A) Um aluno passou mal na escola e ninguém foi buscá-lo.
- B) O trabalho do empregado era intenso, deixando-o cansado.
- C) A mãe reclamou que dois dos filhos não lhe obedeceram.
- D) O presidente do clube reclamou, pois o resultado do time na competição não o agradou.

*Gabarito D.*

Prof. Felipe Luccas

19

## FGV / 2025

Um texto é construído com referências mútuas entre seus segmentos, principalmente por meio de pronomes.

Assinale a opção em que o emprego do pronome demonstrativo sublinhado está adequado ao contexto e contribui para a coesão textual.

- A) Vocês sabem o que significa amar a humanidade? Significa apenas isto: estar satisfeito consigo mesmo.
- B) Os homens se distinguem por isto que mostram e se assemelham por aquilo que escondem.

Prof. Felipe Luccas

20

## FGV / 2025

- C) O homem e a mulher vivem juntos: este olhando para aquele e aquele olhando para este.
- D) Das onças, não vence esta que corre atrás.

*Gabarito E.*

Prof. Felipe Luccas

21

## SEMÂNTICA / COESÃO / COERÊNCIA

Prof. Felipe Luccas

22

## FGV / 2025

Assinale a frase expressa em linguagem lógica (e não figurada).

- A) Os aniversários são o aluguel que pagamos pela vida.
- B) Um homem decente pode estar apaixonado como um louco, mas não como um tolo.
- C) O ciúme é a icterícia da alma.
- D) Mais perto do autor de uma boa frase está quem a citou primeiro.
- E) Civilização é a vontade da convivência.

*Gabarito letra D.*

Prof. Felipe Luccas

23

## FGV / 2025

Um dos problemas da comunicação entre as pessoas é a possibilidade de ambiguidade da mensagem.

Assinale a frase em que há essa possibilidade de ambiguidade.

- (A) O secretário e a gerente da loja vão casar-se.
- (E) Os dentistas trabalham em nossa boca.

*Gabarito letra A.*

Prof. Felipe Luccas

24

## FGV / 2025

As marcas mais visíveis da textualidade são a coesão, a coerência e a intertextualidade.

Entre as frases a seguir, assinale aquela que não mostra coerência.

A) O amor se parece com a sede: um pouco de comida o sustenta.

*Gabarito letra A.*

Prof. Felipe Luccas

25

## FGV / 2025

Assinale a opção que indica a frase abaixo que mostra incoerência.

A) Ninguém pode fazer o impossível, mas é divertido fazer o improvável.

B) Se você embarcar no trem errado, não adianta disparar pelo corredor na direção oposta.

C) Se você não sabe para onde está indo, é provável que chegue lá.

*Gabarito letra C.*

Prof. Felipe Luccas

26

# FUNÇÕES DA LINGUAGEM

Prof. Felipe Luccas

27

## FGV / 2025

Assinale a frase que mostra a função de linguagem predominante nela indicada de forma correta.

A “Cocota” é um outro nome que se dá à maritaca. / informativa ou referencial.

B Bom dia! Como vai? / fática.

C Guimarães Rosa é originário de Minas Gerais. / conativa.

D Preste atenção ao que está lendo! / emotiva.

E Estou com enorme dor de dente! / metalinguística.

*Gabarito letra B.*

Prof. Felipe Luccas

28

# TEXTO / TIPOLOGIA TEXTUAL

Prof. Felipe Luccas

29

## FGV / 2025

Assinale a opção que indica o fragmento textual que pertence ao modo narrativo de organização discursiva.

- A) “A iluminação era fraca, mas, como havia luz externa, o problema era de pouca monta.”
- B) “Alguns clientes conversavam em diversas mesas e pareciam contentes com alguma coisa.”
- C) “O restaurante era pequeno, com muitas mesas espalhadas pelo salão, com velas sobre elas.”

Prof. Felipe Luccas

30

## FGV / 2025

D) “Restaurantes são lugares públicos e devem estar sempre com boa aparência para atrair os clientes.”

E) “Estava com fome. Dobrei a esquina, dirigi-me a um restaurante que estava aberto e sentei-me na primeira mesa.”

*Gabarito letra E.*

Prof. Felipe Luccas

31

## FGV / 2025

Assinale a frase que se enquadra entre os textos injuntivos.

(A) Muitas pessoas são dotadas de razão, poucas de bom senso.

(B) Com a razão tudo se prova e tudo se impugna.

(C) Nós estamos sempre com a razão, o destino está sempre errado.

(D) A razão do melhor é sempre a mais forte.

(E) Procuremos ter sempre razão.

*Gabarito letra E.*

Prof. Felipe Luccas

32

# SINTAXE

Prof. Felipe Luccas

33

## FGV / 2025

A frase abaixo em que a preposição sublinhada tem valor semântico, não sendo exigida por nenhum termo anterior, é:

A) Desconfiai sempre de afirmações alheias.

B) Às vezes, precisamos de uma mudança para transformar uma obrigação cansativa numa interessante experiência.

C) Não é preciso muito para ser um produtor de codornas. Você coloca um casal numa gaiola e é tudo.

Prof. Felipe Luccas

34

## FGV / 2025

D) Eu me disporia a tentar entender a mágica se me convencessem de que alguém entende.

E) Alguém que tenha um milhão de euros sente-se tão bem como se fosse rico.

*Gabarito letra E.*

Prof. Felipe Luccas

35

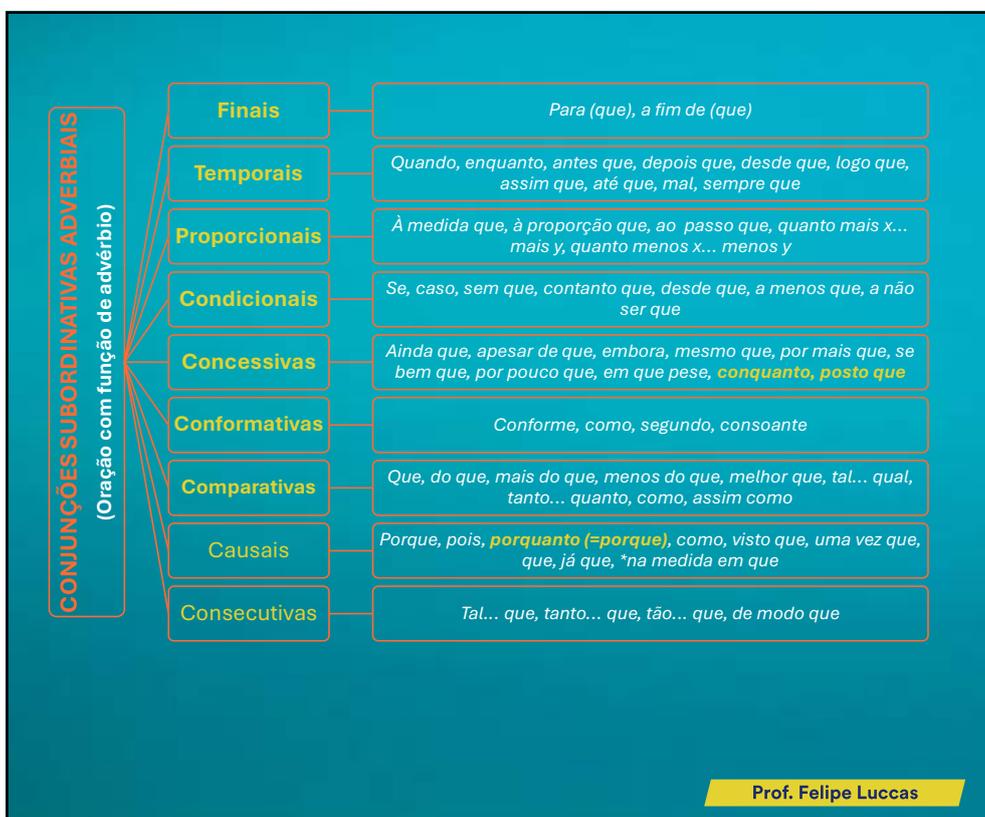
## CONECTIVOS / ORAÇÕES

Prof. Felipe Luccas

36



37



38

## ORAÇÕES DESENVOLVIDAS X REDUZIDAS

**FINALIDADE:** Ensino **para que** vocês aprendam  
Ensino **para** vocês **aprenderem**

**CONCESSÃO:** Embora estude, não aprende.  
**Apesar de** estudar, não aprende.

**TEMPO:** Quando cheguei, o cachorro latiu.  
**Ao chegar**, o cachorro latiu.

Prof. Felipe Luccas

39

## ORAÇÕES DESENVOLVIDAS X REDUZIDAS

**CAUSA:** Aprendi isso **porque estudei** muito.  
Aprendi isso **por estudar** muito.

**CONDIÇÃO:** **Sem que estude** muito, será reprovado.  
**Sem estudar** muito, será reprovado.

Prof. Felipe Luccas

40

## FGV / 2025

Assinale a afirmativa em que se estabelece, respectivamente, uma relação de causa e consequência entre as ideias.

- A) O rio, tendo abaixado, a areia apareceu.
- B) Nossa casa pegará fogo, se as chamas passarem da cerca.
- C) Sempre me chamam de bobo porque digo o que penso.

Prof. Felipe Luccas

41

## FGV / 2025

D) Ele a desprezava porque ela não havia cumprido sua palavra.

E) É preciso defender o silêncio, porque o silêncio está ameaçado.

*Gabarito A.*

Prof. Felipe Luccas

42

## FGV / 2025

Das cinco frases apresentadas a seguir, quatro expressam a mesma relação lógica, de concessão. Assinale a frase que se distingue das demais por não mostrar esse valor semântico.

- A) Embora seja rico, meu pai não é gastador.
- B) Mesmo sendo rico, meu pai não é gastador.
- C) Meu pai é rico, pois não é gastador.
- D) Meu pai não é gastador, conquanto seja rico.
- E) Meu pai não é gastador, não obstante ser rico.

*Gabarito C.*

Prof. Felipe Luccas

43

## LEITURA OBRIGATÓRIA

Prof. Felipe Luccas

44

# ARGUMENTAÇÃO

Prof. Felipe Luccas

45

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

TESE (ideia) + ARGUMENTO  
(suporte/comprovação) = TEXTO ARGUMENTATIVO

**ESTRATÉGIAS ARGUMENTATIVAS:**

+ **OBJETIVAS:** Exemplo, Discurso de Autoridade, Dados, Pesquisas, Estatísticas, Analogia, Relação de Causa-Efeito/Justificativa.

*“A mãe de David fumava durante toda a gravidez, por isso seu filho nasceu fraco e com peso baixo”.*  
(Causa-Efeito)

Prof. Felipe Luccas

46

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

+ **SUBJETIVAS:** Opinião própria, apelo ao popular, apelo a valores sociais e emoções, intimidação (medo/vergonha), tentação (recompensa), sedução (imagem positiva)

*“O regulamento do Campeonato Brasileiro de Futebol deve ser alterado: foi penoso observar a torcida do Santos, aos prantos, em função de o time ter sido rebaixado pela primeira vez em sua história.”*

*A Os argumentos utilizados para a defesa da tese são do tipo afetivo.*

Prof. Felipe Luccas

47

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

**INFERÊNCIA:** Extrair logicamente uma informação a partir de outra.

*Eu não escrevo música moderna. Só escrevo boa música. / A música moderna não tem boa qualidade.*

Prof. Felipe Luccas

48

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

Método **dedutivo**: **Geral** >>>> Particular

*“São pagos todos os que compõem o tribunal do júri. O presidente, o procurador da justiça, os advogados, os porteiros, possivelmente as testemunhas; a que título só os jurados, que deixam seus negócios, hão de trabalhar de graça?”  
(Machado de Assis)*

*Na argumentação de Machado de Assis (texto 1) foi utilizado um processo de raciocínio que: parte do geral para o particular, caracterizando o que se denomina método dedutivo;*

Prof. Felipe Luccas

49

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

Método **Indutivo**: **Particular** >>>> Geral.

*“Heitor leu dois livros de Lima Barreto e os achou muito interessantes e passou a recomendar a obra de Lima Barreto para seus amigos.”*

*Neste sábado houve recorde de público na praia; na semana próxima vamos fazer mais sanduíches para venda.*

*A rodovia Rio-São Paulo engarrafou ontem; na próxima viagem vamos de avião.*

Prof. Felipe Luccas

50

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

*“O livro de Laurentino Gomes sobre a escravidão é de dimensão agradável e de preço acessível, por isso deve vender bastante.”*

*Comprei um computador muito moderno; a tecnologia computacional está em progresso vertiginoso.*

Prof. Felipe Luccas

51

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

**Falácia:** Raciocínio defeituoso/inválido, mas que pode ser usado como argumento.

*“Pedrinho é uma criança de 6 anos e é obeso. A obesidade infantil é um grave problema atual.”*

*O tipo de argumento lógico aplicado nesse texto é: D) a utilização de uma generalização.*

Prof. Felipe Luccas

52

## FGV / ARGUMENTAÇÃO

*Um político declarou certa vez que a televisão é a causa do aumento da violência entre os jovens e, por isso, as leis devem cuidar de impor limites à sua programação.*

*No caso desse raciocínio, o erro está em:*

*E) mostrar uma relação causa/efeito defeituosa.*

Prof. Felipe Luccas

53

## FGV / 2025

*Assinale a frase que não mostra o método indutivo de raciocínio (que parte do particular para o geral).*

*Gabarito letra D.*

Prof. Felipe Luccas

54

## FGV / 2025

E Os técnicos de futebol são muito supersticiosos; Juca é técnico do time de nosso bairro e é cheio de mandingas.

*Gabarito letra E.*

Prof. Felipe Luccas

55

## FGV / 2025

A frase a seguir que apresenta um exemplo de má argumentação, apoiado numa generalização excessiva, é:

A Esse homem, acusado de furto no supermercado, é pai de cinco filhos e funcionário público da Prefeitura.

B A turma visitou a fábrica de sorvetes e Marta voltou gripada, o que mostra irresponsabilidade dos diretores.

Prof. Felipe Luccas

56

## FGV / 2025

C Se todos os empregados chegassem na hora, a produção da fábrica seria mais alta e de preço mais baixo.

D Os cariocas não gostam de trabalhar: basta ver a praias cheias de gente em dias úteis.

*Gabarito letra D.*

Prof. Felipe Luccas

57

## FGV / 2025

*Relatório da UNESCO, realizado em parceria com o British Council, aponta uma equação desequilibrada da participação das mulheres na ciência. Estima-se que apenas uma mulher para cada quatro homens, consiga um emprego na área de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática). As disparidades de gênero na ciência contribuem significativamente com a desigualdade econômica na sociedade. Apesar dos desafios para aumentar a representatividade feminina em STEM,*

Prof. Felipe Luccas

58

## FGV / 2025

*ainda existem lacunas em diferentes níveis de educação e progressão de carreira em quase todos os países do mundo. Essas falhas podem ser observadas em todas as fases do ciclo de vida de meninas e mulheres, desde a escola primária até em altos cargos no campo científico.*

Fonte: <https://www.britishcouncil.org.br/mulheres-na-ciencia/relatorio-unescoamerica-latina>

Assinale a opção que está de acordo com a significação e a estruturação do texto.

Prof. Felipe Luccas

59

## FGV / 2025

A) A forma verbal “Estima-se” indica uma indeterminação do sujeito.

B) A inclusão da palavra “apenas” na primeira frase do texto mostra a opinião do enunciador que a quantidade de mulheres é considerada pequena.

Prof. Felipe Luccas

60

## FGV / 2025

Os argumentos são os pensamentos que demonstram a tese. Eles se apoiam em valores universais, valores de uma maioria, exemplos concretos, dados estatísticos, etimologias, analogias, relações de causa e consequência, fatos etc. Assinale a opção em que o argumento utilizado está corretamente identificado.

A Faz parte de uma sociedade democrática e justa a igualdade de oportunidades, tanto na educação como no emprego. / argumento apoiado numa generalização.

Prof. Felipe Luccas

61

## FGV / 2025

B Cerca de 80% dos estudantes brasileiros mostram deficiência na compreensão de textos. / argumento apoiado em dados estatísticos.

*Gabarito letra B.*

Prof. Felipe Luccas

62

## FGV / 2025

Todos os textos abaixo mostram o tipo argumentativo de texto. Assinale a opção que apresenta o texto que mostra um testemunho de autoridade como premissa do raciocínio.

A) A sintaxe portuguesa é de difícil aprendizagem, por isso seria conveniente um aprofundamento de estudos nessa área.

B) É muito mais barato viajar para Paris do que para Fortaleza, daí que os aviões para a Europa estejam cheios.

Prof. Felipe Luccas

63

## FGV / 2025

C) Muitos roubos ocorrem nas grandes cidades e por isso a Polícia anda aperfeiçoando sua metodologia investigativa.

D) As pesquisas indicam que o Palmeiras tem o melhor time do campeonato, daí que eu só aposte nele.

*Gabarito letra D.*

Prof. Felipe Luccas

64

# (IN)FORMALIDADE

Prof. Felipe Luccas

65

## FGV / Informalidade

*A gente não precisa ganhar muito para ser feliz;  
Nessa situação, a gente não sabe bem o que fazer;*

*Se eu tivesse lá, visitaria mais museus; Se  
tivéssemos dinheiro, viajávamos todo ano; Viajasse  
eu mais vezes, comprava mais roupas;*

*Me diga toda a verdade sobre o acidente;*

*Um memorando serve não para informar a quem lê  
ele, mas para proteger quem o escreve;*

*Desde que organizado, o crime é que compensa;*

*Naquela loja tinha um grande conjunto de produtos  
importados;*

Prof. Felipe Luccas

66

## FGV / Informalidade

*E **Aí**, seduzida pela beleza dos jardins, ela me pediria para ensinar-lhe as lições das pás, enxadas e tesouras de podar.*

*As emoções **viram** nossas. (viram=tornam-se)*

***Bobagem** imaginar que alguém é induzido a pensar que a vida é um mar de rosas só por causa de um enredo açucarado.*

*Para **mim estudar** de forma eficiente, é indispensável estar em lugar silencioso.*

*“**Só que** a ilha não é bem como as pessoas imaginam” (só que=porém)*

Prof. Felipe Luccas

67

## FGV / Informalidade

**EXPRESSÕES COLOQUIAIS/INFORMAIS JÁ COBRADAS PELA FGV:**

*não dá pé; vê no que dá; filho da mãe; cai fora; se mandaram; deu uma bronca; ficou com o pé atrás; lá nos confins do Judas; Quem perder, dança; de cabo a rabo; um porre feliz; Dei muito duro; se vira; se manda; bocó; fofoca; mostrado na nossa cara; o diabo; algum pé-de-meia; nem abri a boca; de cabeça pra baixo; de cabeça quente; casa da mãe Joana; “sempre dá para separar um dinheirinho”;*

Prof. Felipe Luccas

68

## FGV / Informalidade

*“para saber onde está indo seu dinheiro”; “sempre pesquise preços e pechinche”; “a internet é um prato cheio”; “tema complexo, chato mesmo”; “vou ver se qualquer dia desses envio”; “É um quadro barra pesada”; “Ninguém é totalmente livre de uma atitude psicopata aqui, outra acolá. Se você às vezes mente para levar vantagem, ou se um dia resolveu não ajudar uma senhorinha a atravessar a rua, vá lá. Deve ser só um pouquinho psicopata.”*

Prof. Felipe Luccas

69

## FGV / Informalidade

**FGV/ SENADO/ 2022:** *“É muito difícil evitar as enchentes em São Paulo. Com obras você pode minorar essas coisas, mas é utópico achar que elas terminarão” / ocorrências – Substituição de um vocábulo geral por um mais específico.*

**Muita coisa** pode ser feita para a ampliação de nosso vocabulário. (Formal!!)

Prof. Felipe Luccas

70

**OBRIGADO**

Prof. Felipe Luccas

71

**Realidade Brasileira**

Tópicos: 2 a 7

Prof. Leandro Signori

72

# Desenvolvimento urbano brasileiro: redes urbanas; metropolização; crescimento das cidades e problemas urbanos.

Prof. Leandro Signori

73

## Desenvolvimento Urbano Brasileiro

Tendências e características atuais da urbanização brasileira

- **Desmetropolização: diminuição do ritmo de crescimento das metrópoles** em benefício das cidades menores.
- População das cidades que compõe as regiões metropolitanas está crescendo mais que a das metrópoles.

Prof. Leandro Signori

74

## Desenvolvimento Urbano Brasileiro

- **Cidades médias são as que mais crescem no Brasil.**
- Nove capitais tiveram redução de população: Salvador, Natal, Belém, Porto Alegre, Recife, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, Vitória e Fortaleza.

Prof. Leandro Signori

75

## Desenvolvimento Urbano Brasileiro

- Estudo **Regiões de Influência das Cidades (REGIC)**, do IBGE classifica a rede urbana brasileira em cinco grandes níveis: metrópoles, capitais regionais, centros sub-regionais, centros de zona e centros locais.

Prof. Leandro Signori

76

## Desenvolvimento Urbano Brasileiro

➤ **Metrópoles (15 cidades):** São Paulo (grande metrópole nacional), Brasília e Rio de Janeiro (metrópoles nacionais), Belém, Belo Horizonte, **Campinas**, Curitiba, Florianópolis, Fortaleza, Goiânia, Porto Alegre, Recife, Salvador, Vitória e Manaus.

Prof. Leandro Signori

77

## Desenvolvimento Urbano Brasileiro

• **Segregação socioespacial** (desigualdade): população de maior poder aquisitivo ocupa as regiões mais centrais e com maior disponibilidade de serviços públicos e privados, enquanto os mais pobres são empurrados para os bairros periféricos, muitas vezes em moradias precárias.

Prof. Leandro Signori

78

## FGV/SEDUC-TO/2023



Disponível em:  
[http://www.arionaurocartuns.com.br/2016/08/char\\_gesegregacao.html](http://www.arionaurocartuns.com.br/2016/08/char_gesegregacao.html). Acesso: 17 mar. 2023.

Prof. Leandro Signori

79

## FGV/SEDUC-TO/2023

*O rápido e desordenado processo de urbanização ocorrido no Brasil trouxe uma série de consequências, em sua maior parte negativas. A falta de planejamento urbano e de uma política econômica menos concentradora contribuiu para a ocorrência de numerosos problemas nas grandes cidades brasileiras.*

Disponível em:  
<http://educacao.globo.com/geografia/assunto/urbanizacaobrasileira.html> (Adaptado). Acesso: 17 mar. 2023.

Prof. Leandro Signori

80

## FGV/SEDUC-TO/2023

Com base no texto e na charge, assinale a opção que indica o problema socioeconômico urbano retratado.

- A) Verticalização do solo.
- B) Prática da gentrificação.
- C) Conurbação de municípios.
- D) Diminuição do déficit habitacional.
- E) Terceirização das atividades econômicas.

Prof. Leandro Signori

81

## FGV/SEAD-AP/2022

*Com diferença de grau e intensidade, as cidades brasileiras apresentam problemas parecidos. O tamanho, o tipo de atividade, a região em que se inserem, podem marcar as diferenças, mas em todas elas podem ser identificados problemas comuns. A organização interna das nossas cidades revela um problema estrutural, cuja análise permite concluir que todos os fatores mutuamente se causam.*

SANTOS, Milton. *A urbanização brasileira*. Ed. HUCITEC. São Paulo. 1995. (Adaptado)

Prof. Leandro Signori

82

## FGV/SEAD-AP/2022

Sobre os problemas das cidades brasileiras, assinale a afirmativa ***incorreta***.

A) O déficit de moradia e a especulação imobiliária conduzem à periferização da população mais pobre.

B) A instalação da infraestrutura de saneamento nos loteamentos urbanos é justificada pela expansão da demanda.

Prof. Leandro Signori

83

## FGV/SEAD-AP/2022

C) O predomínio do modal rodoviário nos deslocamentos estimula o crescimento disperso e o espraiamento das cidades.

D) O funcionamento da sociedade urbana, segundo suas exigências funcionais, transforma seletivamente os lugares.

E) Os recursos públicos investidos na *cidade econômica* em detrimento da *cidade social* agravam as diferenças entre os lugares urbanos.

Prof. Leandro Signori

84

# Matriz Energética: Fontes Renováveis e Não Renováveis; Mudança Climática, Transição Energética.

Prof. Leandro Signori

85

## Matriz Energética

- **Matriz energética** é majoritariamente **suja** (emite gases estufa) e **não renovável**. Principal insumo: petróleo.
- **Matriz elétrica** é amplamente **limpa e renovável**. Principais fontes geradoras: hídrica, eólica e solar.
- Brasil tem um grande potencial para a produção de **hidrogênio verde**: fontes limpas de energia e água.

Prof. Leandro Signori

86

## Fontes da Matriz Energética

Fonte	Renovável	Não Renovável	Limpa	Suja
Petróleo		✓		✓
Carvão		✓		✓
Gás Natural		✓		✓
Urânio		✓	✓	
Hídrica	✓		✓	
Eólica	✓		✓	
Solar	✓		✓	
Biomassa	✓			✓

Prof. Leandro Signori

87

## Transição Energética

- **Passagem de uma matriz energética baseada em combustíveis fósseis** (como petróleo, gás natural e carvão), que emitem gases de efeito estufa, **para fontes mais limpas, renováveis e sustentáveis**, como a solar, eólica e biomassa.
- Este processo visa **reduzir as emissões de carbono**, **combater a mudança climática** e promover um **sistema energético mais sustentável**.

Prof. Leandro Signori

88

## Mudanças Climáticas

- Emissões brasileiras decorrem principalmente das **mudanças no uso da terra (desmatamento)** e energia (utilização de combustíveis fósseis).
- Redução do desmatamento e queimadas diminui significativamente as emissões brasileiras de gases intensificadores do efeito estufa.

Prof. Leandro Signori

89

## FGV/PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA/2025

O Brasil ocupa posição de destaque no cenário mundial por possuir uma das matrizes elétricas mais limpas do mundo, com 85% de fontes renováveis, contra uma média de 28% do restante do mundo.

Adaptado de:

<https://www.site.abrhidro.org.br/post/principal-fonte-de-energia-de-cada-estado-do-brasil>

Prof. Leandro Signori

90

## FGV/PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA/2025

Com relação a esse tema, avalie as afirmativas e assinale (V) para a verdadeira e (F) para a falsa.

( ) Eólica, hídrica, solar e gás natural são consideradas fontes de energia renováveis devido ao seu baixo impacto ambiental.

( ) As usinas termelétricas transformam a energia química de combustíveis não renováveis, como carvão mineral e diesel, em energia elétrica.

Prof. Leandro Signori

91

## FGV/PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA/2025

( ) Uma das vantagens das usinas hidrelétricas é que sua produtividade independe das condições climáticas.

As afirmativas são, respectivamente,

A) F – V – F.

B) F – V – V.

C) V – F – F.

D) V – V – F.

E) F – F – V.

Prof. Leandro Signori

92

## **FGV/PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA/2025**

A crise climática e ambiental no Brasil é um desafio para o desenvolvimento sustentável e a preservação dos recursos naturais.

Em relação a esse cenário, assinale a afirmativa correta.

A) Uma das principais causas da crise climática no Brasil é a expansão acelerada das áreas urbanas, em função do uso excessivo de combustíveis fósseis.

Prof. Leandro Signori

93

## **FGV/PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS - PA/2025**

B) As metas brasileiras de redução de emissões de carbono têm sido alcançadas graças à adoção de fontes de energia renováveis como a solar e a eólica em grande escala.

C) O Brasil é um país com grandes emissões de gases de efeito estufa, mas, em função da predominância do clima tropical, é menos impactado pelas mudanças climáticas globais.

Prof. Leandro Signori

94

## **FGV/PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS- PA/2025**

D) A matriz energética brasileira é predominantemente baseada em fontes não renováveis, o que afeta a crise climática, já que o setor de energia é o maior responsável pelas emissões de CO<sub>2</sub>, metano e óxidos de nitrogênio.

Prof. Leandro Signori

95

## **FGV/PREFEITURA DE CANAÃ DOS CARAJÁS- PA/2025**

E) O aumento do desmatamento e da agricultura intensiva têm sido as principais causas do agravamento das mudanças climáticas no Brasil, pois contribuem significativamente para a emissão de gases de efeito estufa e a perda da biodiversidade.

Prof. Leandro Signori

96

## FGV/PREFEITURA DE VITÓRIA-ES/2024



Com base na reflexão apresentada na charge, avalie as afirmativas a seguir.

Prof. Leandro Signori

97

## FGV/PREFEITURA DE VITÓRIA-ES/2024

I. A exclusão dos combustíveis fósseis dos acordos internacionais sobre o meio ambiente não ocorre porque estudos científicos atuais comprovam que sua utilização não causa revés ambiental e socioeconômico.

II. A preocupação da personagem em relação ao conceito de sustentabilidade, indica a importância das ações de preservação ambiental e manutenção de diferentes formas de vida.

Prof. Leandro Signori

98

## FGV/PREFEITURA DE VITÓRIA-ES/2024

III. A charge apresenta um viés sensacionalista, uma vez que todas as decisões que ocorrem nas Conferências das Partes são baseadas em estudos científicos, livres de interesses políticos e econômicos.

Prof. Leandro Signori

99

## FGV/PREFEITURA DE VITÓRIA-ES/2024

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e II, apenas.
- E) II e III, apenas.

Prof. Leandro Signori

100

# Desenvolvimento Econômico, Concentração de Renda e Riqueza

Prof. Leandro Signori

101

## Contexto Geral

- Brasil é um dos países mais desiguais do mundo.
- Houve avanços recentes na redução da concentração de renda e da desigualdade, mas os seus níveis ainda são elevados.
- Melhoria não elimina a concentração estrutural da renda e riqueza.
- Superação exige reformas estruturais (tributária, agrária e social) e políticas redistributivas sustentáveis.

Prof. Leandro Signori

102

## Causas Estruturais da Concentração de Renda e Riqueza

- Estado brasileiro foi historicamente controlado por elites econômicas e políticas sem compromisso com a distribuição de renda e riqueza.
- Herança colonial e escravocrata: latifúndio e escravidão africana.
- Desigualdades étnico-raciais e de gênero.
- Sistema tributário regressivo: pobres e classe média pagam proporcionalmente mais impostos que os ricos.

Prof. Leandro Signori

103

## Causas Estruturais da Concentração de Renda e Riqueza

- Insuficiência das políticas universais de direitos sociais.
- Desigualdade regional histórica: Norte e Nordeste concentram pobreza.

Prof. Leandro Signori

104

## Tendências Recentes

- Renda média per capita em alta nos últimos anos.
- Concentração de renda em lenta redução.
- Índice de Gini caiu para 0,506 em 2024 – menor nível da série histórica da PNAD Contínua (desde 2012).

Prof. Leandro Signori

105

## Papel do Estado

- Regulação econômica e provisão de bens públicos (direitos sociais).
- Redistribuição de renda via impostos e políticas sociais.
- Constituição de 1988 estabelece a **redução das desigualdades sociais e regionais como objetivo fundamental da República.**
- Sem atuação estatal, desigualdade tende a se perpetuar.

Prof. Leandro Signori

106

## **Caminhos para a Desconcentração da Renda e da Riqueza**

- Distribuição de renda, por meio de políticas públicas, como os programas de renda mínima. Exemplo: Bolsa Família.
- Investimentos substanciais em políticas sociais, com destaque para a educação e inclusão produtiva.
- Reformas estruturais (tributária, agrária e social).

Prof. Leandro Signori

107

## **Caminhos para a Desconcentração da Renda e da Riqueza**

- Aprofundamento das ações afirmativas.
- Redução das desigualdades regionais.
- Valorização das diversidades culturais, territoriais e ambientais.

Prof. Leandro Signori

108

# Desenvolvimento Nacional e Infraestrutura

Prof. Leandro Signori

109

## O que é Infraestrutura?

### Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID)

*“O conjunto de estruturas de engenharia e instalações – geralmente de longa vida útil – que constituem a base sobre a qual são prestados os serviços considerados necessários para o desenvolvimento produtivo, político, social e pessoal.” (BID, 2000 apud CEPAL, 2009).*

➤ Abrange uma série de serviços.

Prof. Leandro Signori

110

## O que é Infraestrutura?

### Infraestrutura pode ser subdividida em:

- **Infraestrutura econômica:** inclui os serviços de apoio às atividades do setor produtivo, como transportes, energia e telecomunicações;
- **Infraestrutura social:** envolve equipamentos e serviços voltados a atender os cidadãos e seus domicílios, como escolas, hospitais, centros culturais e redes de segurança pública.

Prof. Leandro Signori

111

## Importância da Infraestrutura

- Reduz custos de produção e logística.
- Aumenta produtividade e competitividade.
- Integra território e reduz desigualdades regionais.
- Expande oportunidades de emprego e renda.

Prof. Leandro Signori

112

## Impactos Sociais da Infraestrutura

- Redução da pobreza e desigualdade por meio de:
  - ✓ Melhoria em transportes, energia e telecomunicações, ampliam as oportunidades de trabalho e a qualidade dos empregos disponíveis.
  - ✓ Aumento do poder de compra das camadas mais pobres.
  - ✓ Expansão de acesso a serviços básicos: saneamento básico, energia elétrica, comunicação, transportes, saúde e educação.

Prof. Leandro Signori

113

## Panorama Atual da Infraestrutura Brasileira

- Predominância do transporte rodoviário.
- Déficit em saneamento básico.
- Matriz elétrica renovável, mas vulnerável a crises hídricas.
- Avanços em telecomunicações com 5G.
- Persistência de desigualdades regionais.

Prof. Leandro Signori

114

## SEDUC-SP/2025

Observe a tabela a seguir, que mostra a extensão da rede rodoviária brasileira por grandes regiões, no período entre 1930 e 1943.

Tabela: Extensão da rede rodoviária por grandes regiões - km

Regiões	1930	1937	1943
Norte	671,0	1.412,0	2.457,0
Nordeste	29.188,5	45.219,1	57.962,0
Sudeste	46.043,6	95.002,0	108.106,0
Sul	27.079,0	42.986,6	74.229,0
Centro-Oeste	10.260,8	15.716,0	33.946,0
Brasil	113.249,9	200.336,3	276.700,0

Considerando as discussões sobre a dinâmica territorial brasileira e o crescimento da infraestrutura rodoviária e transformações do território nacional, assinale a alternativa correta.

Prof. Leandro Signori

115

## SEDUC-SP/2025

- O crescimento da infraestrutura rodoviária foi proporcional em todas as regiões, indicando um planejamento homogêneo no território brasileiro.
- A ampliação das rodovias concentrou-se predominantemente nas regiões Norte e Centro-Oeste, promovendo a integração de áreas periféricas ao mercado nacional.
- A construção de rodovias foi essencial para a integração econômica do Nordeste, tornando-o a região mais conectada do Brasil na década de 1940.

Prof. Leandro Signori

116

## SEDUC-SP/2025

d) O aumento da extensão rodoviária no Sudeste reflete a centralidade econômica e política da região, reafirmando a desigualdade na distribuição das infraestruturas.

e) Apesar do crescimento da infraestrutura rodoviária, o padrão territorial manteve-se sem relação com as necessidades econômicas e sociais de cada região.

Prof. Leandro Signori

117

## PREFEITURA DE QUEIMADAS-PB/2024

Os meios de transporte são fundamentais para o desenvolvimento econômico e social de qualquer região. No contexto do Brasil, sobre os diferentes tipos de transporte, avalie as afirmativas abaixo:

I. O transporte rodoviário é o mais utilizado no Brasil para o transporte de cargas e passageiros.

II. O transporte ferroviário tem grande importância no Brasil, especialmente para o escoamento de produtos agrícolas e minérios.

Prof. Leandro Signori

118

## PREFEITURA DE QUEIMADAS-PB/2024

III. O transporte aéreo é o meio mais rápido para deslocamentos entre as grandes distâncias do território brasileiro, sendo amplamente utilizado no transporte de passageiros e cargas de alto valor.

Prof. Leandro Signori

119

## PREFEITURA DE QUEIMADAS-PB/2024

IV. O transporte hidroviário é pouco utilizado no Brasil devido à escassez de rios navegáveis.

V. As ciclovias estão se tornando cada vez mais comuns nas grandes cidades brasileiras, incentivando o uso de bicicletas como meio de transporte sustentável.

- a) Os itens I, II e V são verdadeiros.
- b) Apenas os itens II, III e IV são verdadeiros.
- c) Apenas os itens I, III e IV são verdadeiros.
- d) Os itens I, III e IV são verdadeiros.
- e) Os itens II, IV, V são verdadeiros.

Prof. Leandro Signori

120

**Leandro Signori**

Telegram  
<https://t.me/profleandrosignori>

Instagram  
[@profleandrosignori](https://www.instagram.com/profleandrosignori)

YouTube  
Leandro Signori

Prof. Leandro Signori

121

**OBRIGADO**

Prof. Leandro Signori

122

# Matemática

Tópico Completo

Prof. Jhoni Zini

123

## FGV - 2024

Um total de 96 bombons será repartido entre 3 irmãs em quantidades proporcionais a 4, 5 e 7. Comparada àquela que recebeu a menor quantidade, a irmã que recebeu a maior quantidade terá

- A. 6 bombons a mais.
- B. 12 bombons a mais.
- C. 15 bombons a mais
- D. 16 bombons a mais.
- E. 18 bombons a mais.

Prof. Jhoni Zini

124

## FGV - 2025

A razão entre o número de mulheres e o número de homens no Departamento em que Luiza trabalha é de 5:7, e o total de funcionários desse Departamento é 60.

Sem contar com Luiza, o número de mulheres desse Departamento é igual a

- A. 11.
- B. 12.
- C. 24.
- D. 25.
- E. 30.

Prof. Jhoni Zini

125

## FGV - 2025

As grandezas  $X$ ,  $A$  e  $B$  são tais que  $X$  é diretamente proporcional a  $A$  e inversamente proporcional a  $B$ .

Sabe-se que quando  $A = 12$  e  $B = 30$  tem-se  $X = 240$ .

Quando  $A = 15$  e  $B = 36$  o valor de  $X$  será

- A. 250.
- B. 270.
- C. 300.
- D. 320.
- E. 360.

Prof. Jhoni Zini

126

## FGV - 2024

Em um acampamento militar, o cozinheiro sabe que 50 soldados consomem 20 kg de feijão em 5 dias.

A quantidade de feijão que 60 soldados consumirão em 15 dias é de:

- A. 60 kg;
- B. 64 kg;
- C. 72 kg;
- D. 80 kg;
- E. 96 kg.

Prof. Jhoni Zini

127

## FGV - 2025

Juliana comprou uma mercadoria no valor de R\$ 450,00 e pagou em duas parcelas, sendo a primeira de R\$ 250,00 no ato da compra e a segunda de R\$ 245,00 um mês após a compra.

A taxa de juros mensal paga por Juliana foi de

- A. 30%.
- B. 22,5%.
- C. 15%.
- D. 12,5%.
- E. 10%.

Prof. Jhoni Zini

128

## FGV - 2024

Zuleima quer abrir uma pequena empresa de capas e acessórios para celulares e, para tanto, solicitou um empréstimo a um amigo, que decide lhe ajudar cobrando apenas juros simples, a uma taxa de 5% (cinco por cento) ao mês para o aporte inicial de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais). Após quatro meses, Zuleima conseguiu um retorno tão bom que lhe permite quitar o empréstimo adquirido de seu amigo.

O valor de juros que ela irá pagar ao amigo é de

Prof. Jhoni Zini

129

## FGV - 2024

- A. R\$ 1.250,00.
- B. R\$ 1.100,00.
- C. R\$ 1.077,00.
- D. R\$ 1.050,00.
- E. R\$ 1.000,00.

Prof. Jhoni Zini

130

## FGV - 2025

Um empresário contraiu um empréstimo de R\$50.000,00 para expandir sua operação. O contrato exige que o pagamento seja feito em uma única parcela no final de três anos, incluindo o principal e os juros. A taxa de juros contratada é de 10% ao ano, com capitalização anual.

O valor da parcela única que o empresário deverá pagar ao final do período é de

Prof. Jhoni Zini

131

## FGV - 2025

- A. R\$ 65.000,00.
- B. R\$ 66.000,00.
- C. R\$ 66.150,00.
- D. R\$ 65.500,00.
- E. R\$ 66.550,00.

Prof. Jhoni Zini

132

## FGV - 2025

A média das idades de um grupo de 11 pessoas é igual a 38,4. Se a esse grupo se junta uma pessoa que tem 54 anos de idade, a média das idades desse novo grupo é então igual a

- A. 38,7.
- B. 39,1.
- C. 39,5.
- D. 39,7.
- E. 40,1.

Prof. Jhoni Zini

133

## FGV - 2025

Uma amostra de idades de 13 funcionários de uma empresa foi obtida e apresentou os seguintes dados:

35 50 48 59 32 26 28 30 62 57 21 31 38

A mediana dessas idades é igual a

Prof. Jhoni Zini

134

## FGV - 2025

- A. 28.
- B. 30.
- C. 31.
- D. 32.
- E. 35.

Prof. Jhoni Zini

135

## FGV - 2025

Uma loja aumentou o preço de um casaco em 45%.

Para que o preço do casaco volte ao valor inicial, a loja deve dar um desconto de

- A. 48%.
- B. 45%.
- C. 39%.
- D. 35%.
- E. 31%.

Prof. Jhoni Zini

136

# OBRIGADO

Prof. Jhoni Zini

137

# Direito Constitucional

Tópico Completo



 @adrianefauth  
 Profa. Adriane Fauth  
 @FauthAdriane  
 Adriane Fauth

Profª. Adriane Fauth

138

## EDITAL: CNU – BLOCO 08

### NOÇÕES DE DIREITO CONSTITUCIONAL:

1. Direito e garantias fundamentais. 1.1. Direitos e deveres individuais e coletivos. 1.2. Direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. 1.3. Direitos sociais. 1.4. Nacionalidade. 1.5. Cidadania. 1.6. Garantias constitucionais individuais. 1.7. Garantias dos direitos coletivos, sociais e políticos. 2. A Organização do Estado. 2.1. Administração pública (artigos de 37 a 41, da Constituição Federal de 1988).

Profª. Adriane Fauth

139

## Direitos Individuais e Coletivos



Profª. Adriane Fauth

140



	HABEAS CORPUS	HABEAS DATA	MANDADO DE SEGURANÇA	MANDADO DE INJUNÇÃO	AÇÃO POPULAR
OBJETO	LIBERDADE DE LOCOMOÇÃO	INFORMAÇÃO PESSOAL *conhecer; *Retificar; *inserir	DIREITO LÍQUIDO E CERTO (NÃO HC E HD)	AUSÊNCIA DE NORMA REGULAMENTADORA	ANULAR ATOS LESIVOS A DIREITOS: *Patrimônio Público, Histórico, cultural; *Moralidade Adm; *Meio ambiente
LEGITIMIDADE ATIVA	QUALQUER PESSOA (PF ou PJ)	TITULAR DOS DADOS (PF ou PJ)	PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA	PESSOA FÍSICA ou JURÍDICA	QUALQUER CIDADÃO!
LEGITIMIDADE PASSIVA	QUALQUER PESSOA: Autoridade pública particular	ENTIDADES: GOVERNAMENTAIS PRIVADAS – caráter público	AUTORIDADE PÚBLICA; PARTICULAR – atribuições do Poder Público	AUTORIDADE OMISSA	PESSOAS FÍSICAS OU JURÍDICAS
GRATUITA	SIM	SIM	NÃO	NÃO	SIM, Autor de boa-fé
ADVOGADO	NÃO	SIM	SIM	SIM	SIM

**Profª. Adriane Fauth**

141

## (FGV/2025)

Em razão de uma diversidade de problemas que assolaram sua esfera jurídica, João decidiu ingressar com quatro ações constitucionais perante os juízos competentes. Essas ações estão inseridas no rol dos direitos fundamentais. No entanto, tinha receio do impacto que as custas judiciais poderiam ocasionar em sua esfera econômica. Afinal, apesar de ter uma ótima situação econômica, não tencionava adiar viagens ou a aquisição de bens de consumo.

**Profª. Adriane Fauth**

142

## (FGV/2025)

João obteve a seguinte informação correta:

- A) apenas a ação de habeas corpus é gratuita.
- B) apenas a ação de mandado de segurança é gratuita.
- C) as ações de habeas corpus e habeas data são gratuitas.
- D) as ações de mandado de segurança e de mandado de injunção são gratuitas.
- E) as referidas ações somente serão gratuitas caso João seja assistido pela Defensoria Pública.

Profª. Adriane Fauth

143

## ATOS GRATUITOS

### PARA TODOS

- HC
- HD
- AÇÃO POPULAR – AUTOR DE BOA FÉ
- ATOS NECESSÁRIOS AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA (nos termos da lei)
- PETIÇÃO
- CERTIDÃO EM REPARTIÇÕES PÚBLICAS

### PARA POBRES

- REGISTRO CIVIL DE NASCIMENTO
- CERTIDÃO DE ÓBITO
- ASSISTÊNCIA JURÍDICA

Profª. Adriane Fauth

144

## TABELA DA ALEGRIA

IMPRESCRITÍVEIS	INAFIANÇÁVEIS	INSUSCETÍVEIS DE GRAÇA OU ANISTIA
RAcismo	← RACISMO	
aÇÃO	← AÇÃO DE GRUPOS ARMADOS	
	TRÁFICO	→ 3 TH
	TORTURA	→
	TERRORISMO	→
	CRIMES HEDIONDOS	→

Profª. Adriane Fauth

145

## (FGV/2024)

Os Remédios constitucionais são garantias instrumentais destinadas à proteção dos direitos fundamentais previstos na Constituição Federal de 1988.

Sobre o tema e de acordo com o ordenamento jurídico vigente e a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal, assinale a afirmação correta.

A) Todo cidadão é legitimado para propor Ação Civil Pública, visando a anulação de ato lesivo ao patrimônio público, à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

Profª. Adriane Fauth

146

## (FGV/2024)

B) O Mandado de Segurança visa proteger direito líquido e certo, não amparado por habeas corpus ou habeas data, quando o responsável pela ilegalidade ou abuso de poder for autoridade pública.

C) O habeas data é o remédio constitucional gratuito usado para garantir a liberdade de locomoção das pessoas.

Profª. Adriane Fauth

147

## (FGV/2024)

D) A ação popular é o remédio constitucional cabível diante de uma omissão legislativa do Poder Público, que torna inviável o exercício de um direito fundamental.

E) Os remédios constitucionais não são considerados limites materiais ao exercício do Poder de Reforma.

Profª. Adriane Fauth

148

# Direitos Sociais



Profª. Adriane Fauth

149

## DIREITOS SOCIAIS

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. (Redação dada pela Emenda Constitucional nº 90, de 2015)

Profª. Adriane Fauth

150

## DIREITOS SOCIAIS

Parágrafo único. Todo brasileiro em situação de **vulnerabilidade social** terá direito a uma **renda básica familiar**, garantida pelo poder público em programa permanente de transferência de renda, cujas normas e requisitos de acesso serão determinados em lei, observada a legislação fiscal e orçamentária (Incluído pela Emenda Constitucional nº 114, de 2021)

Profª. Adriane Fauth

151

## (FGV/2025)

Maria, ocupante de um cargo público na Secretaria de Estado da assistência social, inclusão e cidadania no âmbito do Estado de Sergipe participou de um curso de capacitação sobre os direitos fundamentais sociais previstos na Constituição Federal. Desta forma, a referida servidora pública constatou que são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à

Profª. Adriane Fauth

152

## (FGV/2025)

maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma do texto constitucional. Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal, são direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social, a exceção de

Profª. Adriane Fauth

153

## (FGV/2025)

A) salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender às suas necessidades vitais básicas e às de sua família com moradia, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim.

B) duração do trabalho normal não superior a oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, facultada a compensação de horários e a redução da jornada, mediante acordo ou convenção coletiva de trabalho.

Profª. Adriane Fauth

154

## (FGV/2025)

C) proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de vinte e um anos e de qualquer trabalho a menores de dezoito anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de dezesseis anos.

D) seguro contra acidentes de trabalho, a cargo do empregador, sem excluir a indenização a que este está obrigado, quando incorrer em dolo ou culpa.

E) jornada de seis horas para o trabalho realizado em turnos ininterruptos de revezamento, salvo negociação coletiva.

Profª. Adriane Fauth

155

## DIREITOS SOCIAIS DOMÉSTICOS

P6 J.AD.I

- Piso salarial
- Participação nos lucros, ou resultados
- Proteção do mercado de trabalho da mulher
- Prescrição dos créditos trabalhistas
- Proteção em face da automação
- Proibição de distinção entre trabalho manual, técnico e intelectual
- Jornada de seis horas
- ADicional de remuneração para as atividades penosas, insalubres, perigosas
- Igualdade com trabalhador avulso.

Profª. Adriane Fauth

156

# Nacionalidade



Profª. Adriane Fauth

157

## (FGV/2025)

Ana nasceu no território brasileiro quando seus genitores, Johan, de nacionalidade holandesa, e Priscila, de nacionalidade norte-americana, aqui se encontravam em missão oficial do governo indiano. Menos de um ano após o nascimento de Ana, a família deixou o território brasileiro e passou a residir na Bélgica.

Ao completar dezoito anos de idade, Ana retornou ao território brasileiro e decidiu que iria concorrer ao cargo eletivo de Deputada Federal na eleição que seria realizada três anos depois.

Profª. Adriane Fauth

158

## (FGV/2025)

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que Ana

A) é brasileira nata, logo, poderá concorrer ao cargo eletivo indicado.

B) poderá concorrer ao cargo eletivo indicado caso opte pela nacionalidade brasileira.

C) ainda que obtenha a sua naturalização como brasileira, não terá alcançado a idade mínima exigida para concorrer ao cargo eletivo indicado.

Profª. Adriane Fauth

159

## (FGV/2025)

D) somente poderá concorrer ao cargo eletivo indicado caso tenha sido requerido o seu registro de nascimento, em repartição brasileira, antes de deixar o território nacional.

E) não poderá concorrer ao cargo eletivo, pois, até a eleição indicada, não terá decorrido o período de residência no território brasileiro exigido para a sua naturalização, logo, será estrangeira.

Profª. Adriane Fauth

160

# NACIONALIDADE

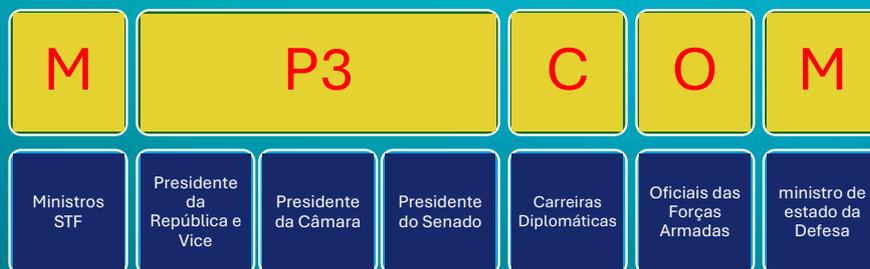
## ORIGINÁRIA - NATO



Profª. Adriane Fauth

161

## CARGOS PRIVATIVOS DE BRASILEIROS NATOS



Profª. Adriane Fauth

162

## (FGV/2025)

João, com 30 (trinta) anos de idade, pretendia concorrer ao cargo eletivo de governador do Estado Alfa, mas tinha dúvida se preenchia as condições de elegibilidade previstas na Constituição da República. Afinal, nascera no território libanês quando seus genitores, Anne, alemã naturalizada brasileira, e Johan, de nacionalidade espanhola, ali se encontravam a serviço da embaixada espanhola. Ao atingir a maioridade, João requereu e obteve a nacionalidade albanesa, somente decidindo residir no território brasileiro há um ano.

Profª. Adriane Fauth

163

## (FGV/2025)

À luz da sistemática constitucional, é correto afirmar que João

- A) pode concorrer ao cargo eletivo, desde que opte pela nacionalidade brasileira.
- B) apesar de ter a nacionalidade brasileira, não pode concorrer ao cargo eletivo por não ter a idade mínima exigida.
- C) pode concorrer ao cargo eletivo, desde que obtenha a nacionalidade brasileira pelo processo de naturalização.

Profª. Adriane Fauth

164

## (FGV/2025)

D) ainda que obtenha a nacionalidade brasileira pelo processo de naturalização, não pode concorrer ao cargo eletivo, pois não é brasileiro nato.

E) ao se naturalizar albanês, perdeu a nacionalidade brasileira, e, embora possa se naturalizar brasileiro, não tem a idade mínima para concorrer ao cargo eletivo.

Profª. Adriane Fauth

165

## NACIONALIDADE

### PERDA DA NACIONALIDADE



Pode readquirir a nacionalidade originária

Profª. Adriane Fauth

166

## (FGV/2024)

João, brasileiro nato e sem nenhuma outra nacionalidade, adquiriu uma convicção filosófica que valoriza a individualidade e é refratária a qualquer submissão ao poder originário de mando que é próprio do Estado de Direito. Por tal razão, formulou pedido de perda da nacionalidade brasileira à autoridade brasileira competente.

O pedido de João, à luz da Constituição da República:

A) deve ser acolhido, considerando o caráter disponível da nacionalidade;

Profª. Adriane Fauth

167

## (FGV/2024)

B) não pode ser acolhido, pois João somente tem a nacionalidade brasileira;

C) deve ser acolhido, pois a objeção de consciência é reconhecida pela ordem constitucional;

D) pode ser acolhido, ou não, pela autoridade competente, conforme o interesse público subjacente ao pedido;

E) não pode ser acolhido, pois a ordem constitucional considera a nacionalidade um direito indisponível, não admitindo pedidos dessa natureza.

Profª. Adriane Fauth

168

# Direitos Políticos



Profª. Adriane Fauth

169

## (FGV/2024)

Sobre os direitos políticos, assinale a afirmação correta.

- A) É condição de elegibilidade a idade mínima de dezoito anos para Vice-Prefeito e juiz de paz.
- B) O alistamento eleitoral e o voto são obrigatórios para os maiores de dezesseis anos.
- C) Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.
- D) Não podem alistar-se como eleitores os analfabetos e os maiores de setenta anos.

Profª. Adriane Fauth

170

## (FGV/2024)

E) É condição de elegibilidade a idade mínima de vinte e cinco anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador.

Profª. Adriane Fauth

171

## ALISTAMENTO ELEITORAL

OBRIGATÓRIO

- + 18 - 70
- Alfabetizados

FACULTATIVO

- + 16 - 18
- + 70
- **Analfabetos**

PROIBIDO

- Estrangeiros
- Conscritos

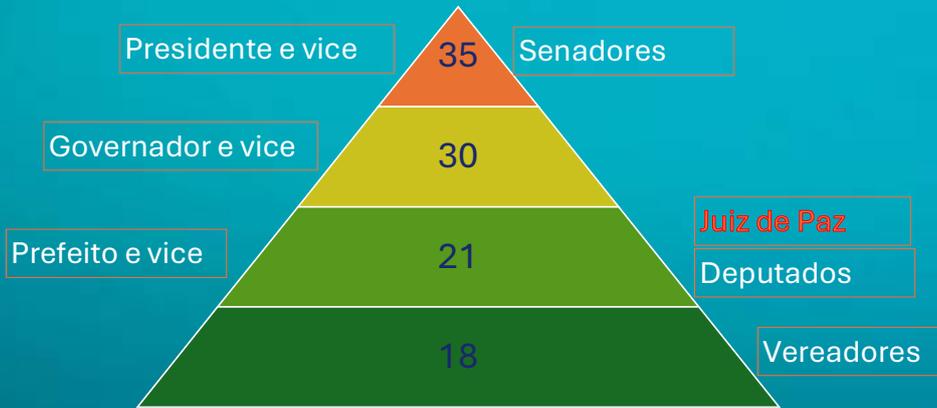
Profª. Adriane Fauth

172

# DIREITOS POLÍTICOS



3530-2118



Profª. Adriane Fauth

173

## (FGV/2024)

João, no ano X, decidiu que iria concorrer ao cargo eletivo Y na eleição a ser realizada no ano seguinte.

Ao analisar a legislação vigente com o objetivo de verificar os requisitos que deveria preencher, bem como a presença, ou não, de algum óbice à realização do seu objetivo, concluiu corretamente que estava inelegível.

Ao analisarmos apenas os balizamentos estabelecidos pela Constituição da República a respeito dessa temática, em relação à conclusão de João assinale a afirmativa correta.

Profª. Adriane Fauth

174

## (FGV/2024)

- A) A inelegibilidade não se estende aos cargos do Poder Legislativo.
- B) A inelegibilidade assume contornos mais amplos que a inabilitação.
- C) A inelegibilidade pode ser afastada pela desincompatibilização.
- D) A inelegibilidade deve alcançar qualquer cargo, em qualquer parte do território nacional.
- E) A inelegibilidade alcança apenas os cargos do Poder Executivo, mas deve se estender por todo o território nacional.

Profª. Adriane Fauth

175

Situação	Pode Votar?	Pode Ser Votado?	Pode ocupar cargo público?
Suspensão	✗ Não	✗ Não	✓ Sim
Inelegibilidade	✓ Sim	✗ Não	✓ Sim
Inabilitação	✓ Sim	✗ Não	✗ Não

Profª. Adriane Fauth

176

# DIREITOS POLÍTICOS

## HIPÓTESES DE PERDA OU SUSPENSÃO DIREITOS POLÍTICOS

cancelamento da naturalização por sentença transitada em julgado;

recusa de cumprir obrigação a todos imposta ou prestação alternativa, nos termos do art. 5º, VIII;

incapacidade civil absoluta;

condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos;

improbidade administrativa, nos termos do art. 37, § 4º.

Profª. Adriane Fauth

177

# JURISPRUDÊNCIA

A suspensão dos direitos políticos prevista no artigo 15, III, da Constituição Federal ('condenação criminal transitada em julgado, enquanto durarem seus efeitos') não impede a nomeação e posse de candidato aprovado em concurso público, **desde que não seja incompatível com a infração penal praticada**, em respeito aos princípios da dignidade da pessoa humana e do valor social do trabalho (art. 1º, III e IV, CF/88) e do dever do Estado em

Profª. Adriane Fauth

178

## JURISPRUDÊNCIA

proporcionar as condições necessárias para a harmônica integração social do condenado, objetivo principal da execução penal, nos termos do artigo 1º da LEP (Lei nº 7.210/84).

O início do efetivo exercício do cargo ficará condicionado ao regime da pena ou à decisão judicial do juízo de execuções, que analisará a compatibilidade de horários. STF. Plenário. RE 1282553/RR, Rel. Min. Alexandre de Moraes, julgado em 4/10/2023 (Repercussão Geral – Tema 1190) (Info 1111).

Profª. Adriane Fauth

179

## CONSULTAS POPULARES

### CONSULTAS POPULARES

- Junto com as eleições municipais
- Questões locais
- Aprovadas pela câmara
- Justiça eleitoral – **90d**
- Manifestações durante a campanha
- **SEM** utilização de propaganda gratuita no rádio e tv

Profª. Adriane Fauth

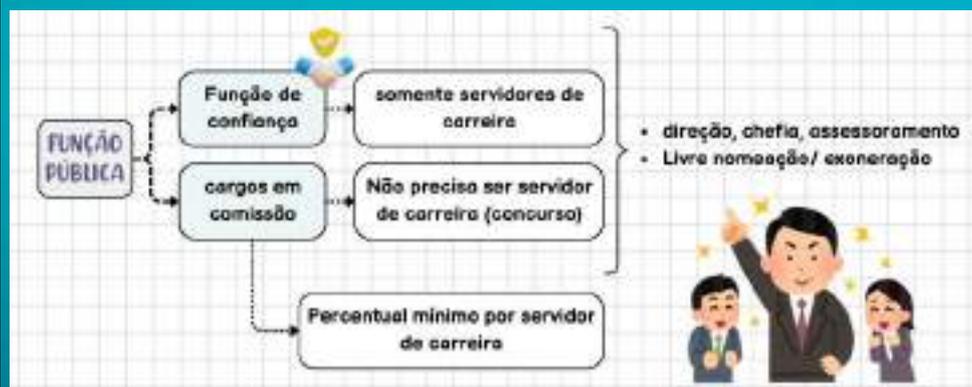
180

# Administração Pública



Profª. Adriane Fauth

181



Profª. Adriane Fauth

182

## (FGV/2024)

Maria e Joana são servidoras do Estado Alfa, sendo a primeira ocupante de cargo de provimento efetivo e a segunda de cargo em comissão. Ambas tinham interesse em ser nomeadas para o exercício de uma função de confiança, recém-criada pela Lei estadual nº X. À luz da ordem constitucional, é correto afirmar que

Profª. Adriane Fauth

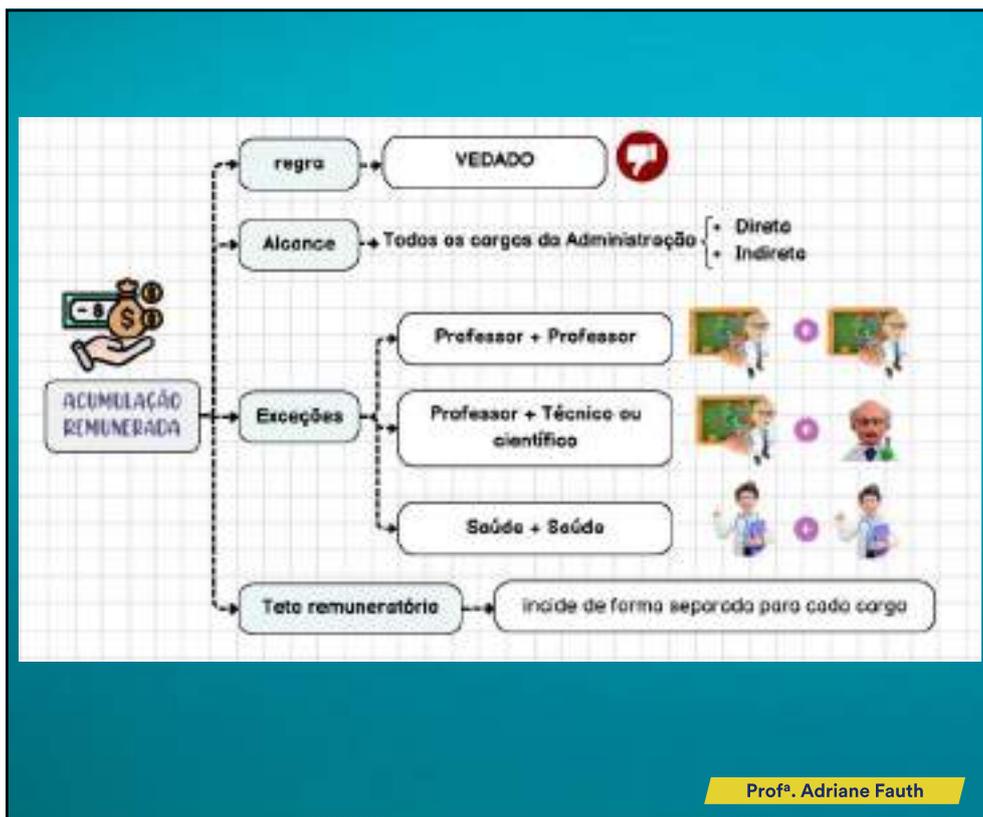
183

## (FGV/2024)

- A) ambas podem ser nomeadas.
- B) apenas Joana pode ser nomeada.
- C) apenas Maria pode ser nomeada.
- D) nenhuma das duas pode ser nomeada.
- E) a nomeação, ou não, de ambas, dependerá da disciplina estabelecida no regime jurídico da categoria.

Profª. Adriane Fauth

184



185

## (FGV/2025)

Florinda é engenheira com pós-doutorado, e foi investida no cargo de professora de determinada Universidade Federal, mediante a realização de concurso público.

Ocorre que Florinda pretende estudar com vistas a ser aprovada em novo concurso público, que não seja para a atividade de professora, no intuito de acumular o mencionado cargo com outro de caráter eminentemente técnico, que exige graduação superior, na sua área de atuação junto a determinado Estado da Federação, para o qual há compatibilidade de horário.

Profª. Adriane Fauth

186

## (FGV/2025)

Diante dessa situação hipotética, considerando as hipóteses de acumulação de cargos previstas na CRFB/88, assinale a afirmativa correta.

A) Florinda apenas poderia acumular o seu cargo de professora com emprego público para a atividade técnica ou científica em qualquer ente da federação, pois a vedação à acumulação se restringe aos cargos.

B) Florinda apenas poderia acumular o cargo de professora que ocupa com outro cargo integrante da carreira do Magistério, não sendo cabível a acumulação para o intuito por ela almejado.

Profª. Adriane Fauth

187

## (FGV/2025)

C) Florinda poderia acumular o seu cargo de professora com outro cargo técnico ou científico, diante da exceção constitucional, que não restringe tal possibilidade ao mesmo ente federativo.

D) Florinda é servidora pública federal, de modo que somente poderia acumular o cargo de professora que ocupa com outro cargo em âmbito federal, incluindo aqueles que exerçam atividade meramente burocrática.

Profª. Adriane Fauth

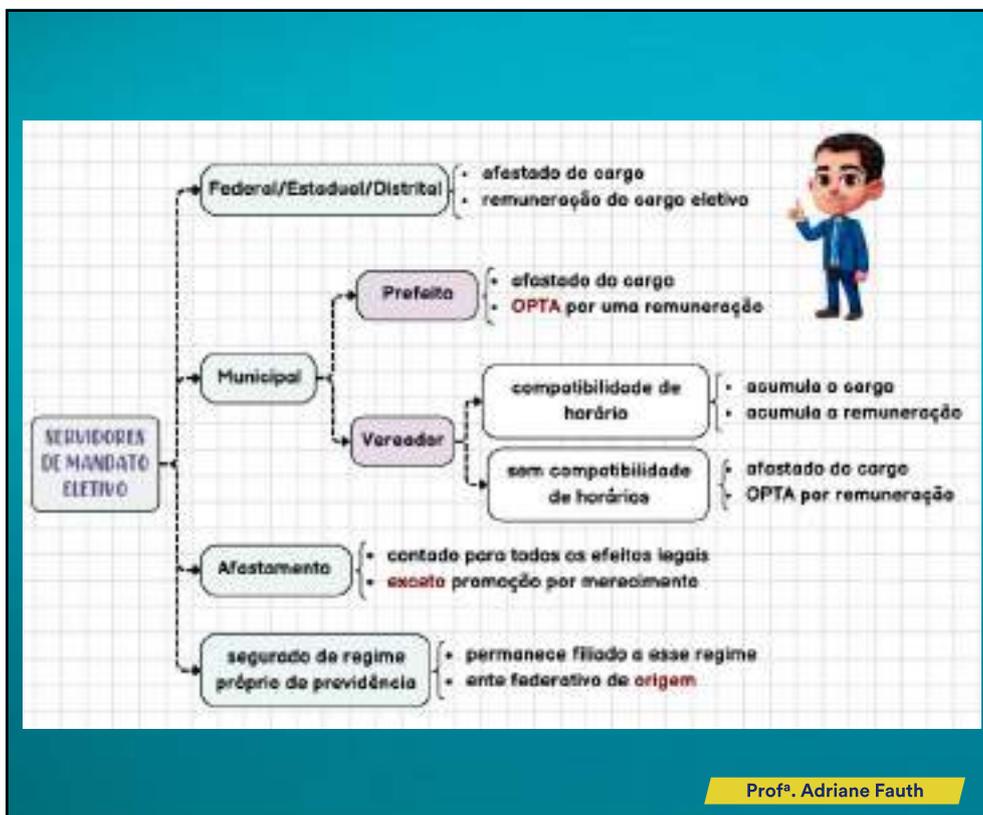
188

## (FGV/2025)

E) Florinda pode acumular o seu cargo de professora com qualquer outro cargo na Administração Pública de qualquer dos entes federativos, pois a regra constitucional é no sentido de admitir a acumulação dos cargos públicos independentemente de suas atribuições.

Profª. Adriane Fauth

189



Profª. Adriane Fauth

190

## (FGV/2025)

Joana, servidora ocupante de cargo de provimento efetivo no Município Alfa, foi eleita Deputada Federal pelo Estado Delta, em cujo território Alfa está situado. Às vésperas da posse no cargo eletivo, compareceu ao Departamento de Recursos Humanos de Alfa e solicitou informações a respeito de sua situação funcional após ser empossada no novo cargo.

Foi corretamente esclarecido que Joana

A) deve ser demitida do cargo efetivo.

B) deve ser afastada do cargo efetivo, recebendo apenas o subsídio de Deputada Federal.

Profª. Adriane Fauth

191

## (FGV/2025)

C) pode optar pela remuneração do cargo efetivo ou pela remuneração do mandato eletivo.

D) deve ser afastada do cargo efetivo, contando o tempo de serviço neste último para todos os efeitos legais.

E) pode exercer as funções afetas a ambos os cargos simultaneamente, desde que haja compatibilidade de horários.

Profª. Adriane Fauth

192

## (FGV/2025)

À luz do Art. 41 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. O servidor público será estável após dois anos de efetivo exercício, sendo sua nomeação irreversível, mesmo que haja avaliação negativa de desempenho.

II. A estabilidade no serviço público é automática para qualquer servidor nomeado, independentemente de aprovação em concurso público.

Profª. Adriane Fauth

193

## (FGV/2025)

III. Uma das possibilidades de perda do cargo por parte do servidor público é por meio de processo administrativo em que lhe seja assegurada ampla defesa.

Está correto o que se afirma em

- A) I, apenas.
- B) II, apenas.
- C) III, apenas.
- D) I e III, apenas.
- E) II e III, apenas.

Profª. Adriane Fauth

194

# OBRIGADA

Prof<sup>a</sup>. Adriane Fauth

 @adrianefauth  
 Profa. Adriane Fauth  
 @FauthAdriane  
 Adriane Fauth



195

# Direito Administrativo

Tópico Completo

Prof. Antonio Daud

196



@professordaud



t.me/professordaud

Prof. Antonio Daud

197

### **3. Direito administrativo**

3.1. Conceito, fontes e princípios. 3.2. Organização administrativa da União; administração direta, indireta, centralizada e descentralizada.

3.3. Agentes públicos: poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos. Regime Jurídico Único (Lei nº 8.112/1990 e suas alterações): provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens; regime disciplinar; responsabilidade civil, criminal e administrativa.

3.4. Poderes administrativos: poder hierárquico; poder disciplinar; poder regulamentar; poder de polícia; uso e abuso do poder.

Prof. Antonio Daud

198

3.5. Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade.

3.6. Serviços públicos: conceito, classificação, regulamentação e controle; delegação: concessão, permissão, autorização.

3.7. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado; sanções aplicáveis aos atos de improbidade administrativa (Lei nº 8.429/1992, Lei nº 14.230/2021 e suas alterações).

Prof. Antonio Daud

199

3.8. Lei do Processo Administrativo (Lei nº 9.784/1999 e suas alterações).

4. Acesso à informação no âmbito da Administração Pública (Lei nº 12.527/2011).

Prof. Antonio Daud

200

# #1: ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Prof. Antonio Daud

201

## FGV - 2025 - MPU

XYZ é uma entidade sem fins lucrativos, criada em virtude de autorização legislativa, para o desenvolvimento de atividades que não exijam execução por órgãos ou entidades de direito público, com autonomia administrativa, patrimônio próprio gerido pelo seu órgão de direção e funcionamento custeado por recursos da União e de outras fontes. A relação jurídica mantida entre a XYZ e seus prestadores de serviço é regida pela Consolidação das Leis do Trabalho. Além disso, XYZ adquiriu personalidade

Prof. Antonio Daud

202

## FGV - 2025 - MPU

jurídica com a inscrição da escritura pública de sua constituição no Registro Civil de Pessoas Jurídicas.

É correto afirmar que XYZ é uma:

A empresa pública

B fundação pública de direito público

C autarquia

D fundação pública de direito privado.

E sociedade de economia mista

Prof. Antonio Daud

203

## Início da personalidade jurídica

- Autarquia: a partir da **entrada em vigor da Lei**
- Fundação Pública\*, Empresa pública e S.E.M.: a partir do **registro dos atos constitutivos**

Prof. Antonio Daud

204

## #2: PODERES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Prof. Antonio Daud

205

### FGV - 2025 – TCE-PE

José, Secretário do Município Alfa, no Estado de Pernambuco, tinha audiência marcada com auditores externos do Tribunal de Contas estadual. Ao conduzir o seu veículo automotor até o local da reunião, José, em excesso de velocidade, acabou por ser multado por um radar devidamente sinalizado e em funcionamento.

Nesse cenário, considerando o entendimento doutrinário dominante e a jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal, a multa de trânsito é uma manifestação do poder (de):

Prof. Antonio Daud

206

## FGV - 2025 – TCE-PE

A disciplinar, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta  
B hierárquico, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta  
C disciplinar, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta

Prof. Antonio Daud

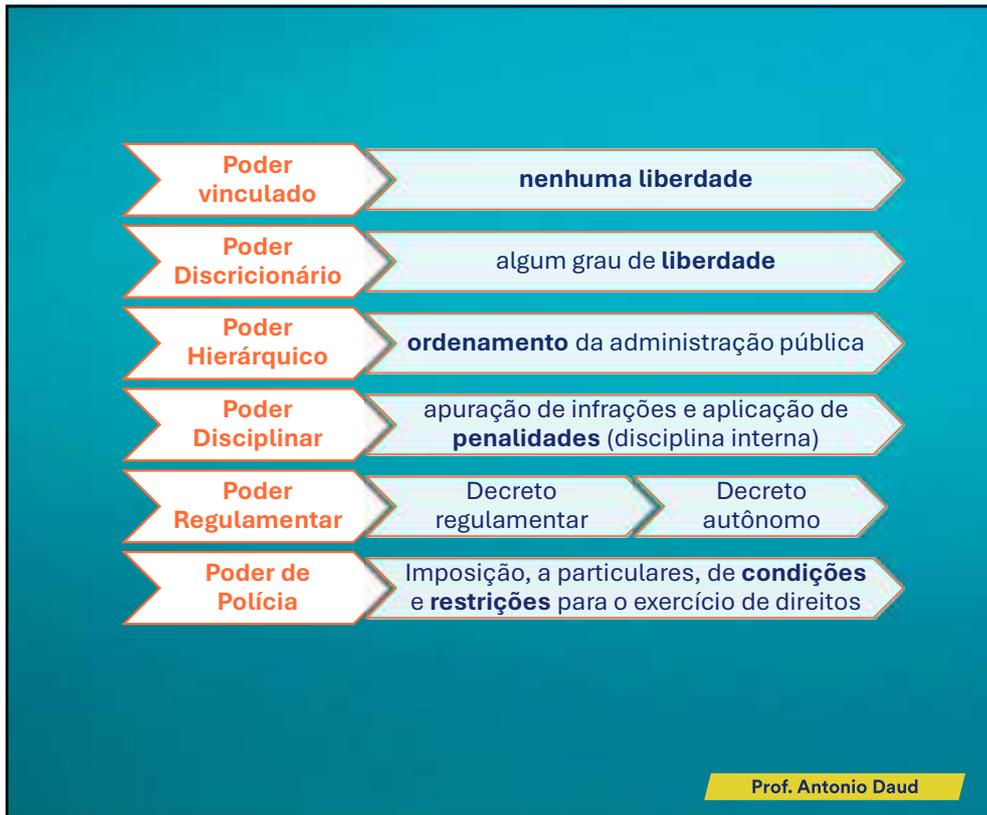
207

## FGV - 2025 – TCE-PE

D polícia, sendo certo que o seu exercício não pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta  
E polícia, sendo certo que o seu exercício pode ser delegado a pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Indireta.

Prof. Antonio Daud

208



209

# #3: ATOS de IMPROBIDADE Administrativa & SANÇÕES

Prof. Antonio Daud

210

## Atos de Improbidade que Violam Princípios da Administração (art. 11)

- Rol taxativo (8)
- Exigem lesividade relevante
- Comprovação na conduta funcional do agente público: fim de **obter proveito** ou **benefício indevido** para si ou para outrem
- Não exigem: prejuízo ao erário ou enriquecimento ilícito

Prof. Antonio Daud

211

## Atos que atentam contra os princípios da administração pública

revelar fato que deva permanecer em segredo

negar publicidade aos atos oficiais

frustrar caráter concorrencial de concurso público, chamamento ou proc. licitatório

deixar de prestar contas

revelar teor de medida

descumprir sobre parcerias da administração

Nepotismo (SV 13)

promover personalização de obras (CF, art. 37, §1º)

Prof. Antonio Daud

212

# Sanções por atos de Improbidade

	ENRIQUECIMENTO	PREJUÍZO	V. PRINCÍPIO
D. POLÍTICOS	até 14 anos	até 12 anos	×
MULTA	= ACRÉSCIMO	= DANO	até 24 x REMUN.
PROIB. CONTRATAR	até 14 anos	até 12 anos	até 4 anos
P. FUNÇÃO	✓	✓	×
P. BENS	✓	✓ (dano ef.)	×

- ❑ majorar a multa até o dobro (S.E.R.)
- ❑ proibição de contratar: excepcionalmente, pode extrapolar o ente público lesado

Prof. Antonio Daud

213

## #4: IMPROBIDADE Administrativa (ANPC e indisponibilidade)

Prof. Antonio Daud

214

## Acordo de não persecução civil

negociado via MP/PJI

homologado pelo Judiciário

oitiva do ente feder. lesado

reversão da vant. indevida

integral ressarcimento

momento

descumprimento (5 anos)

Prof. Antonio Daud

215

## Indisponibilidade de bens (1/2)

- competência do Poder Judiciário
- antes ou depois de ingressar com a ação principal
- com ou sem a oitiva prévia do réu
- Bens p/ garantir: recomposição do erário + perda dos bens acrescidos ilicitamente
- Não alcança valor de: multa civil ou acréscimo patrimonial por atividade lícita

Prof. Antonio Daud

216

## Indisponibilidade de bens (2/2)

- Independe de representação ao M.P. pela autoridade admin.
- Risco de dano ao processo não pode ser presumido
- Bloqueio de contas correntes só em último caso (preferência p/ outros bens)
- não podem ser bloqueados: valores em poupança de até 40 SM e bem de família (exceto se fruto de vantagem indevida)

Prof. Antonio Daud

217

## #5: MOTIVAÇÃO DOS ATOS ADMINISTRATIVOS

Prof. Antonio Daud

218

## Motivação dos atos administrativos (L9784/99)

- ❑ Motivação deve ser explícita, clara e congruente
- ❑ Fatos + Fundamentos Jurídicos
- ❑ Pode se basear em fundamentos de pareceres, informações, decisões ou propostas anteriores (serão parte integrante do ato)

Prof. Antonio Daud

219

## Motivação dos atos administrativos (L9784/99)

- ❑ Na solução de vários assuntos da mesma natureza: pode ser utilizado meio mecânico que reproduza os fundamentos das decisões
- ❑ A motivação das decisões de órgãos colegiados e comissões ou de decisões orais constará da respectiva ata ou de termo escrito
- ❑ Teoria dos motivos determinantes: aplica-se a todo ato que tiver sido motivado

Prof. Antonio Daud

220

## FGV - 2025 - DPE-RO

Com base na legislação da Administração Pública, avalie se, nas situações a seguir, a motivação de ato administrativo é obrigatória:

- I. Quando afetarem direitos.
- II. Quando decidirem recursos administrativos.
- III. Quando declararem a inexigibilidade do processo licitatório.

Está correto, o que se afirma em

- A I, apenas.
- B II, apenas.
- C I e II, apenas.
- D II e III, apenas.
- E I, II e III;

Prof. Antonio Daud

221

## Atos obrigatoriamente motivados

Art. 50. Os atos administrativos deverão ser motivados, com indicação dos fatos e dos fundamentos jurídicos, quando:

- I - neguem, limitem ou **afetem direitos ou interesses**;
- II - imponham ou agravem **deveres, encargos ou sanções**;
- III - decidam processos administrativos de **concurso ou seleção pública**;

Prof. Antonio Daud

222

## Atos obrigatoriamente motivados

IV - **dispensem** ou declarem a **inexigibilidade** de processo licitatório;

V - decidam **recursos** administrativos;

VI - decorram de **reexame de ofício**;

VII - **deixem de aplicar** jurisprudência firmada sobre a questão ou discrepem de pareceres, laudos, propostas e relatórios oficiais;

VIII - importem **anulação**, **revogação**, **suspensão** ou **convalidação** de ato administrativo.

Prof. Antonio Daud

223

## #6: DECISÃO COORDENADA (19784/99)

Prof. Antonio Daud

224

## FGV/EPE – 2024 – Advogado

Lucas, servidor público federal, foi instado pelo seu superior hierárquico a preparar um parecer que será utilizado no contexto de tomada de uma decisão coordenada. Desta forma, por se tratar de matéria por ele não conhecida, Lucas resolveu estudar a temática afeta às decisões coordenadas.

De acordo com a narrativa e considerando as disposições da Lei nº 9.784/1999, analise as afirmativas a seguir.

Prof. Antonio Daud

225

## FGV/EPE – 2024 – Advogado

I. No âmbito da Administração Pública federal, as decisões administrativas que exijam a participação de dois ou mais setores, órgãos ou entidades poderão ser tomadas mediante decisão coordenada, sempre que for justificável pela relevância da matéria e houver discordância que prejudique a celeridade do processo administrativo decisório

Prof. Antonio Daud

226

## FGV/EPE – 2024 – Advogado

II. A decisão coordenada obedecerá aos princípios da legalidade, da eficiência e da transparência, com utilização, sempre que necessário, da simplificação do procedimento e da concentração das instâncias decisórias.

III. Não se aplica a decisão coordenada aos processos administrativos de licitação, relacionados ao poder sancionador e em que estejam envolvidas autoridades de Poderes distintos.

Prof. Antonio Daud

227

## FGV/EPE – 2024 – Advogado

Está correto o que se afirma em

Alternativas

A II, apenas.

B I e II, apenas.

C I e III, apenas.

D II e III, apenas.

E I, II e III.

Prof. Antonio Daud

228



229

# #7: PARCERIAS PÚBLICO-PRIVADAS

Prof. Antonio Daud

230

## FGV/TCE RR - 2025

Determinado analista jurídico-governamental, atendente a uma solicitação presidencial, está avaliando a viabilidade de alguns contratos serem firmados por meio de Parceria Público-Privada (PPP).

Entre os contratos apresentados, constam as seguintes propostas:

1. Contrato estimado em R\$ 9 milhões, com período de prestação de 10 anos e tendo como objeto único a mão de obra

Prof. Antonio Daud

231

## FGV/TCE RR - 2025

2. Contrato estimado em R\$ 25 milhões, com período de prestação de oito anos, envolvendo a construção e operação de uma rodovia.

3. Contrato estimado em R\$ 12 milhões, com período de prestação de cinco anos, que tem como objeto único o fornecimento e instalação de equipamentos em uma escola pública

4. Contrato estimado em R\$ 30 milhões, com período de prestação de 12 anos, incluindo a construção e gestão de um hospital municipal.

Prof. Antonio Daud

232

## FGV/TCE RR - 2025

Com base na Lei nº 11.079/2004, que regulamenta as Parcerias Público-Privadas no Brasil, os contratos que podem ser firmados por meio de PPP são

- A 2 e 4, apenas.
- B 1 e 3, apenas.
- C 2 e 3, apenas.
- D 1, 3 e 4, apenas.
- E 1, 2, 3 e 4.

Prof. Antonio Daud

233

## PPP

- Poder público remunera o prestador (variabilidade remuneratória)
- \$: mínimo de R\$ 10 milhões
- Prazo: 5 a 35 anos
- Vedado objeto único de: M/O, equipamentos e obra
- Repartição objetiva de riscos (inclusive caso fortuito, força maior, fato do príncipe e álea econômica extraordinária)
- Concessão patrocinada / concessão administrativa
- Licitação: concorrência ou diálogo competitivo

Prof. Antonio Daud

234

## #8: Responsabilidade Civil do Estado

Prof. Antonio Daud

235

### FGV/TJ SC - 2025

Matheus, particular, compareceu à sede da Comarca de Blumenau/SC, com o objetivo de participar de uma audiência de instrução no âmbito do Juizado Especial Cível. Enquanto aguardava para ingressar na sala onde o referido ato processual ocorreria, João, agente público estadual, que se encontrava laborando, derrubou, por negligência, café fervendo nos braços e pernas de Matheus, ensejando graves queimaduras.

De acordo com a narrativa, analise as afirmativas a seguir.

Prof. Antonio Daud

236

## FGV/TJ SC - 2025

I. A responsabilidade civil do Estado de Santa Catarina é objetiva, à luz da teoria do risco administrativo.

II. João responderá, subjetivamente, pelos danos causados ao particular.

III. Matheus deverá propor a ação indenizatória, em litisconsórcio passivo necessário, em face do Estado de Santa Catarina e do agente público João

Prof. Antonio Daud

237

## FGV/TJ SC - 2025

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, está correto o que se afirma em:

A I, apenas;

B II, apenas;

C III, apenas;

D I e II, apenas;

E I, II e III.

Prof. Antonio Daud

238

## Responsabilidade Civil do Estado

- Regra: teoria do risco administrativo (resp. objetiva)
- P.J. de direito público ou de direito privado que prestam S.P.
- Conduta estatal + Dano + Nexo de causalidade

1º) Vítima → Estado (P.J.)

2º) Estado → regresso em face do agente público (dolo ou culpa)

Prof. Antonio Daud

239

## FGV/TRT MS - 2025

João, servidor público federal, alugou um automóvel junto à sociedade empresária Alfa durante o seu período de férias, com o objetivo de ir ao Município de Bonito/MS.

Durante o trajeto, em razão da condução imprudente do veículo, João acabou por colidir com a motocicleta de Paulo, que ficou gravemente lesionado por força dos eventos.

Nesse cenário, considerando as disposições da Constituição Federal e o entendimento doutrinário e jurisprudencial dominante, assinale a afirmativa correta.

Prof. Antonio Daud

240

## FGV/TRT MS - 2025

A João, como servidor público federal, responderá, objetivamente, à luz da teoria do risco integral, pelos danos causados ao particular

B João, como servidor público federal, e a União responderão, subjetivamente, pelos danos causados ao particular

C A União não responderá, civilmente, pela conduta praticada pelo servidor público federal João.

Prof. Antonio Daud

241

## FGV/TRT MS - 2025

D A União responderá, subjetiva e subsidiariamente, pelos danos causados ao particular

E A União responderá, objetivamente, pelos danos causados ao particular

Prof. Antonio Daud

242

## #9: FORMAS DE PROVIMENTO NA LEI 8.112/1990

Prof. Antonio Daud

243

## FGV / TRT - 24ª REGIÃO (MS) / 2025

Maurício, servidor federal estável, aposentado voluntariamente há dois anos, solicitou o retorno à atividade. Consta-se a existência de cargo vago e há interesse da administração na adoção da medida.

Nesse cenário, considerando as disposições da Lei nº 8.112/1990, o retorno de Maurício à atividade se dará por meio da

Prof. Antonio Daud

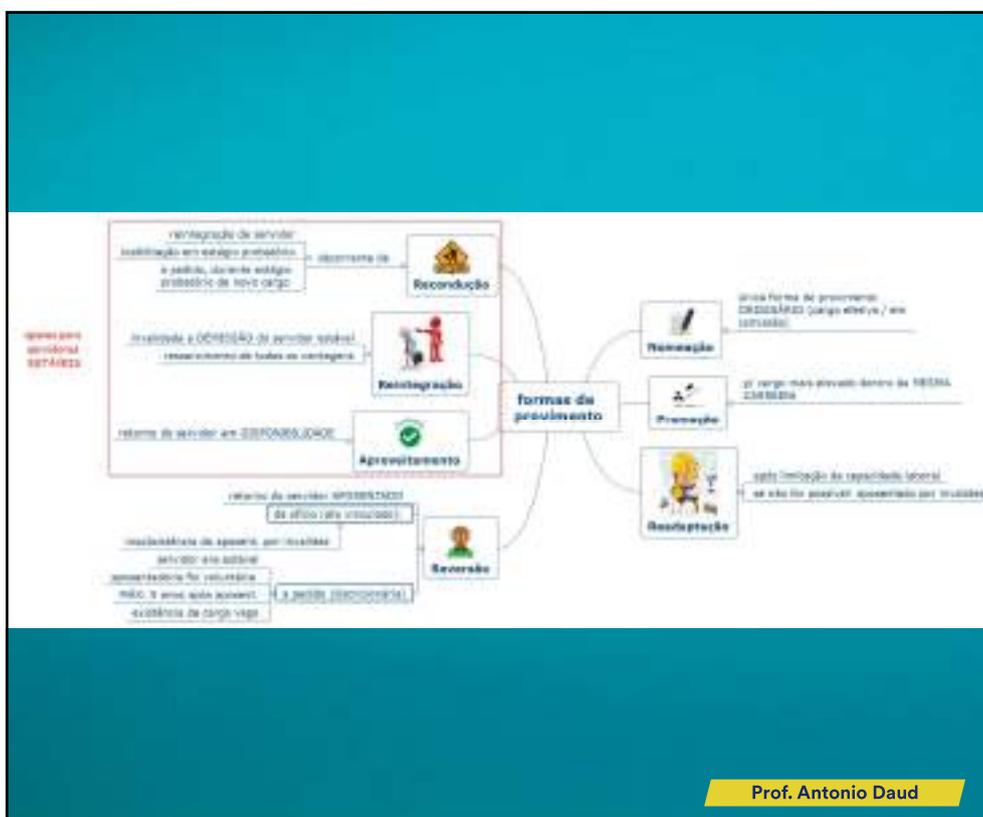
244

# FGV / TRT - 24ª REGIÃO (MS) / 2025

- A) disponibilidade.
- B) reintegração.
- C) recondução.
- D) remoção.
- E) reversão.

Prof. Antonio Daud

245



Prof. Antonio Daud

246

# #10: INDENIZAÇÕES NA LEI 8.112/1990

Prof. Antonio Daud

247

## V-I-G-A

### □ Vantagens:

- Indenizações
- Gratificações
- Adicionais

Prof. Antonio Daud

248

## Indenizações

- Ajuda de Custo:** instalação em nova sede
  - apenas remoção de ofício
  - valor sobre a remuneração (máx. 3 meses)
  - vedado duplo pagamento (remoção de cônjuge)
- Diárias:** afastamento da sede (eventual ou transitório)
  - não são pagas se deslocamento for exigência permanente do cargo
  - valor por dia de afastamento

Prof. Antonio Daud

249

## Indenizações

- Auxílio Moradia:** máx. 25% da remuneração do CC/FC; não superando 25% do subsídio do Min. Estado
- Indenização de Transporte**

Prof. Antonio Daud

250

## **FGV / TRT - 24ª REGIÃO (MS) / 2025**

Maria, que residia na localidade X e não ocupava nenhum cargo público de provimento efetivo, foi nomeada para ocupar cargo em comissão no âmbito da Administração Pública Indireta do Poder Executivo Federal, sendo lotada na localidade Y. Em razão dessa nomeação, Maria precisou mudar de domicílio.

Prof. Antonio Daud

251

## **FGV / TRT - 24ª REGIÃO (MS) / 2025**

Ao analisar a sistemática da Lei nº 8.112/1990, Maria concluiu corretamente que

- A) faz jus à ajuda de custo, caso tenha sido nomeada para cargo de direção
- B) faz jus à ajuda de custo em importância não superior a três meses de remuneração.
- C) a soma da ajuda de custo à remuneração regular não pode exceder o teto remuneratório constitucional

Prof. Antonio Daud

252

## **FGV / TRT - 24ª REGIÃO (MS) / 2025**

D) não faz jus à ajuda de custo, que é devida apenas aos servidores ocupantes de cargo de provimento efetivo

E) faz jus à ajuda de custo, mesmo que seu cônjuge ou companheiro, caso seja servidor federal, também venha a recebê-la em razão da mudança de domicílio

Prof. Antonio Daud

253

# **OBRIGADO**

Prof. Antonio Daud

254

# Dinâmica Social no Brasil

Tópico: 1

Profª. Géssica Ehle

255

# Realidade Brasileira

Profª. Géssica Ehle

256

## Dinâmica social no Brasil

- ✓ Estratificação
- ✓ Desigualdade
- ✓ Exclusão social

Profª. Géssica Ehle

257

## Desafios sociopolíticos da inclusão de grupos vulnerabilizados

- ✓ **Crianças** e **adolescentes**  
Da adultização

Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90)

Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei nº 15.211/2025 – “Lei Felca”)

Profª. Géssica Ehle

258

- A veiculação de identidade ou de imagem de menor de idade, sem autorização do responsável, configura dano moral presumido (*in re ipsa*).

- **Súmula 593 do STJ** – " O crime de estupro de vulnerável se configura com a conjunção carnal ou prática de ato libidinoso com menor de 14 anos, sendo irrelevante eventual consentimento da vítima para a prática do ato, sua experiência sexual anterior ou existência de relacionamento amoroso com o agente."

Profª. Géssica Ehle

259

## Pessoa Idosa

**Tema: Plano de saúde – reajuste por faixa etária.**

AgInt no REsp 1.836.120/RS, 2020, Quarta Turma  
Tese: Reajuste de mensalidade por idade deve observar critérios de razoabilidade e não pode ser discriminatório contra idosos.

Profª. Géssica Ehle

260

**Tema: Acolhimento institucional de idosa vítima de maus-tratos**

REsp 1715798 / RS – ILPI's

Como "medida específica de proteção", o abrigo é procedimento extremo, cuja utilização se admite somente quando outras ações protetivas das pessoas idosas se mostrarem insuficientes ou inviáveis para afastar situação de risco à vida, saúde, integridade física e mental.

**Tema: Da solidariedade na obrigação de alimentos.**

Profª. Géssica Ehle

261

**Tema: Proíbe-se o ageísmo/etarismo/idadismo**

EPI: Art. 96. *Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:*

*Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.*

*§ 1º Na mesma pena incorre quem **desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar** pessoa idosa, por qualquer motivo.*

Profª. Géssica Ehle

262

### **Tema: Da desnecessidade de intervenção do MP**

AgInt no REsp 1681460 / PR

- É desnecessária a intervenção do Ministério Público na qualidade de fiscal da lei em demandas que não envolvam direitos coletivos ou em que não haja exposição de pessoa idosa aos riscos previstos no art. 43 da Lei n. 10.741/2003.

Profª. Géssica Ehle

263

### **Tema: Proíbe-se o ageísmo/etarismo/idadismo**

Art. 96. Discriminar pessoa idosa, impedindo ou dificultando seu acesso a operações bancárias, aos meios de transporte, ao direito de contratar ou por qualquer outro meio ou instrumento necessário ao exercício da cidadania, por motivo de idade:

Pena – reclusão de 6 (seis) meses a 1 (um) ano e multa.

§ 1º Na mesma pena incorre quem desdenhar, humilhar, menosprezar ou discriminar pessoa idosa, por qualquer motivo.

Profª. Géssica Ehle

264

# LGBTQIA+

## **Tema: Racismo homotransfóbico**

STF, ADO 26 e MI 4.733: Homofobia e transfobia equiparadas ao crime de racismo.

## **Tema: Princípios de Yogyakarta**

Proíbe-se, especificamente, a imposição de pena de morte por motivo de orientação sexual ou identidade de gênero, bem como estabelece-se o direito de todos, sem preconceito sexual ou de gênero, à segurança pessoal e proteção do Estado contra qualquer forma de violência.

Profª. Géssica Ehle

265

## **Tema: Proteção da identidade de gênero no cumprimento de pena**

Liberdade sexual e de gênero. Direito de escolha. Sexta Turma: Prisão domiciliar para mulher trans (06/02/2024). HABEAS CORPUS Nº 861817 - SC (2023/0375894-7).

Profª. Géssica Ehle

266

# Pessoas com Deficiências

**Tema: Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (ONU) – status constitucional**

**Tema: Estatuto da Pessoa com Deficiência (Lei 13.146/2015)**

**Tema: Do capacitismo**

Profª. Géssica Ehle

267

- É abusiva a recusa de cobertura pela operadora do plano de saúde de terapia multidisciplinar, bem como a limitação do número de sessões, aos beneficiários com diagnóstico de transtorno do espectro autista (TEA).

- O segundo entendimento aponta que a equoterapia, a musicoterapia e a hidroterapia são de cobertura obrigatória pelas operadoras de planos de saúde para o tratamento de TEA.

Profª. Géssica Ehle

268

- A pessoa diagnosticada com TEA tem direito a tratamento multidisciplinar no município de residência e ao ressarcimento integral das despesas realizadas em rede não credenciada, na hipótese de inexistência de profissionais conveniados na localidade.
- O custeio de tratamento multidisciplinar para beneficiário com Transtorno do Espectro Autista não se estende ao acompanhamento em ambiente escolar ou domiciliar, ou ao acompanhamento realizado por profissional do ensino.

Profª. Géssica Ehle

269

## Direito da Pessoa em Situação de Rua

**Tema: LEI Nº 14.821, DE 16 DE JANEIRO DE 2024. Institui a Política Nacional de Trabalho Digno e Cidadania para a População em Situação de Rua (PNTC PopRua).**

Profª. Géssica Ehle

270

## Direito da Pessoa em Situação de Rua

*Considera-se **população em situação** de rua o grupo populacional heterogêneo que tem em comum a falta de moradia e utiliza os logradouros públicos como espaço de moradia e de sustento, bem como as unidades de acolhimento institucional para pernoite eventual ou provisório, podendo tal condição estar associada a outras vulnerabilidades como a pobreza e os vínculos familiares interrompidos ou fragilizados.*

Profª. Géssica Ehle

271

### **Tema: Lei Padre Júlio Lancelotti.**

**LEI Nº 14.489, DE 21 DE DEZEMBRO DE 2022.**

**Prevê a vedação a materiais, estruturas, equipamentos e técnicas construtivas hostis.** Segundo o Decreto 11.819/2023, que regulamenta a lei em questão, trata-se do impedimento da fruição de espaços livres de uso público, interferência no pleno exercício do direito à cidade e a segregação de indivíduos e grupos sociais.

Profª. Géssica Ehle

272

# Povos indígenas

## Tema: Estatuto do Índio (Lei nº 6.001/1973)

Da necessidade de superação da visão tutelar e assimilacionista (paternalista).

Antes da CF/88 (visão tutelar)	Depois da CF/88 (visão garantidora de direitos)
Indígenas eram considerados incapazes	Indígenas são sujeitos coletivos de direitos
Funai tutelava decisões e bens	Funai apóia o exercício da autonomia
Estado buscava integrar indígenas à cultura dominante	Estado reconhece e protege a diversidade cultural
Participação indígena era mínima	Participação ativa e consulta obrigatória

Profª. Géssica Ehle

273

## Tema: Convenção nº 169 da OIT (1989). Convenção sobre Povos Indígenas e Tribais

- Reconhece os direitos à terra, à cultura e à consulta prévia, livre e informada, sobre projetos que afetem os povos indígenas
- Marco fundamental para direitos territoriais e participação política indígena.

Profª. Géssica Ehle

274

## **Tema: Declaração das Nações Unidas sobre os direitos dos povos indígenas (2007)**

- Autodeterminação dos povos indígenas;
- Direitos à terra, cultura, saúde, educação, identidade e instituições próprias;
- Direito de não serem removidos forçadamente de seus territórios.

Profª. Géssica Ehle

275

## **Direitos dos remanescentes das Comunidades Quilombolas**

### **Tema: Do respeito à autoatribuição**

Art. 2º Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de autoatribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.

Profª. Géssica Ehle

276

- A autodefinição de que será inscrita no Cadastro Geral junto à Fundação Cultural Palmares, que expedirá certidão respectiva na forma do regulamento.

- São terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

Profª. Géssica Ehle

277

## **Tema: Do justo título de propriedade**

- CF/88: Art. 68 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) prevê que “aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos”.

- EIR. Art. 31. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Profª. Géssica Ehle

278

**OBRIGADA**

Prof<sup>a</sup>. Géssica Ehle  
*@profgeessicaehle*

279

**Noções de Direito do  
Consumidor  
(Lei n° 8078/1990)**

Tópico: 6

Prof. Paulo Sousa

280

# Pós-edital - Banca FGV

Prof. Paulo Sousa

281

## CONTATO

@ADV.PAULOSOUS



Prof. Paulo Sousa

282

# Disposições Gerais

Prof. Paulo Sousa

283

**(FGV - 2024 - Analista Judiciário - TJ AP)**  
**Determinada empresa veiculou publicidade abusiva voltada ao público infantil, em que associava o consumo de determinado produto alimentício à capacidade de voar.**

**Joãozinho, que não chegou a comprar o produto, mas assistiu ao comercial:**

- A) não pode ser considerado consumidor;
- B) é consumidor equiparado ou bystander;
- C) é consumidor equiparado em sentido coletivo;
- D) é consumidor equiparado potencial;
- E) é consumidor standard ou stricto sensu.

Prof. Paulo Sousa

284

# #Dica 1

Prof. Paulo Sousa

285

# Responsabilidade pelo Fato do Produto e do Serviço

Prof. Paulo Sousa

286

**(FGV - 2020 - Estagiário Forense - MPE RJ) André comprou um televisor fabricado pela Alicante. Quando ligou o aparelho em sua rede elétrica, ocorreu um curto em razão de um defeito interno, causando uma pequena explosão que feriu levemente sua amiga Tatiana, que o visitava na ocasião. Para demandar indenização pelos danos sofridos por Tatiana:**

- A) André deve acionar sozinho a Alicante, na condição de comprador do produto;
- B) Tatiana pode acionar sozinha a Alicante, por ser consumidora por equiparação;

Prof. Paulo Sousa

287

- C) Tatiana e André devem acionar a Alicante necessariamente juntos;
- D) Tatiana deve acionar judicialmente apenas André e ele poderá regredir contra a Alicante;
- E) Tatiana pode acionar a Alicante e André, mas necessariamente juntos.

Prof. Paulo Sousa

288

## #Dica 2

Prof. Paulo Sousa

289

## Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço

Prof. Paulo Sousa

290

**(FGV - 2024 - Analista Judiciário - TJ AP) Zé Goiaba, pequeno agricultor do Amapá, adquiriu, para ajudá-lo em sua produção, um trator. Ocorre que, três meses depois, verificou que a máquina apresentava um problema no comando hidráulico, o que forçava a reposição frequente de óleo, daí o impedimento à sua utilização.**

**Diante da situação descrita, é correto afirmar que:**

A) o Código de Defesa do Consumidor não é aplicável, porque Zé Goiaba não é o destinatário final do trator, na medida em que o utiliza em sua produção;

Prof. Paulo Sousa

291

B) o prazo prescricional aplicável é quinquenal, nos termos do Art. 27 do Código de Defesa do Consumidor, por se tratar de fato do serviço;

C) o prazo decadencial nonagesimal do Art. 26, II, do Código de Defesa do Consumidor, incide, por se tratar de vício do produto;

D) Maria Goiaba, esposa de Zé, terá legitimidade para reclamar os danos por ela sofridos, na qualidade de consumidora por equiparação (bystander);

E) a inversão ope legis do ônus da prova ocorrerá em caso de demanda judicial, cabendo ao fornecedor comprovar que o vício não existiu ou que decorreu de má utilização de Zé Goiaba.

Prof. Paulo Sousa

292

## #Dica 3

Prof. Paulo Sousa

293

## Desconsideração da Personalidade jurídica

Prof. Paulo Sousa

294

**(FGV - 2024 - Analista Legislativo III - ALESC) No Código de Defesa do Consumidor, a desconsideração da personalidade jurídica tem contornos distintos do mesmo instituto no Código Civil, porque, no primeiro,**

A) o juiz pode determinar, a pedido do consumidor, que a efetivação da responsabilidade da pessoa jurídica recaia sobre o acionista controlador, o sócio majoritário, e, no caso de grupo societário, sobre as sociedades que o integram.

B) a desconsideração será efetivada quando houver falência, estado de insolvência, encerramento ou inatividade da pessoa jurídica provocados por atos dolosos de sócios ou de administradores.

Prof. Paulo Sousa

295

C) as sociedades consorciadas são subsidiariamente responsáveis pelas obrigações decorrentes do descumprimento do Código de Defesa do Consumidor.

D) a mera existência de grupo econômico sem a presença de abuso da personalidade jurídica, caracterizado pelo desvio de finalidade ou pela confusão patrimonial, não autoriza a desconsideração da personalidade da pessoa jurídica.

E) poderá ser desconsiderada a personalidade da pessoa jurídica sempre que ela for, de alguma forma, obstáculo ao ressarcimento de prejuízos causados aos consumidores.

Prof. Paulo Sousa

296

## #Dica 4

Prof. Paulo Sousa

297

## Práticas comerciais

Prof. Paulo Sousa

298

**(FGV - 2024 - Analista Previdenciário - MACAEPREV) Um fornecedor enviou a um consumidor alguns produtos sem solicitação prévia. Nesse caso, os produtos remetidos ou entregues ao consumidor:**

- A) devem ser pagos pelo valor integral.
- B) devem ser pagos pelo valor com desconto.
- C) equiparam-se às amostras grátis, inexistindo obrigação de pagamento.
- D) são considerados equivocados, tendo o consumidor a obrigação legal de devolvê-los.
- E) são considerados equivocados, tendo o fornecedor a obrigação legal de recolhê-los.

Prof. Paulo Sousa

299

## #Dica 5

Prof. Paulo Sousa

300

**OBRIGADO**

Prof. Paulo Sousa

301

**Noções de Defesa da  
Concorrência  
(Lei nº 12.529/2011)**

Tópico: 7

Prof. Nick Simonek

302

# ORDEM ECONÔMICA NA CRFB/88

Prof. Nick Simonek

303

## ORDEM ECONÔMICA

O constituinte originário estabeleceu **04 fundamentos** para direcionar o Estado e agentes econômicos, e **09 princípios expressos** que balizam as relações econômicas, conforme art. 170 da CF/88.

Este artigo demonstra a ligação do direito econômico com **áreas como direito constitucional, ambiental, administrativo e do trabalho**. Tais normas formam um sistema econômico a ser seguido por poder público e particulares.

Prof. Nick Simonek

304

Art. 170. A ordem econômica, fundada na valorização do trabalho humano e na livre iniciativa, tem por fim assegurar a todos existência digna, conforme os ditames da justiça social, observados os seguintes princípios:

I - soberania nacional;

II - propriedade privada;

III - função social da propriedade;

IV - livre concorrência;

V - defesa do consumidor;

Prof. Nick Simonek

305

VI - defesa do meio ambiente, inclusive mediante tratamento diferenciado conforme o impacto ambiental dos produtos e serviços e de seus processos de elaboração e prestação; VII - redução das desigualdades regionais e sociais;

VIII - busca do pleno emprego;

IX - tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte constituídas sob as leis brasileiras e que tenham sua sede e administração no País. Parágrafo único. É assegurado a todos o livre exercício de qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo nos casos previstos em lei.

Prof. Nick Simonek

306

## FUNDAMENTOS

A ordem econômica se baseia na **valorização do trabalho humano, livre iniciativa**, existência digna e justiça social. Apesar de parecerem contraditórios, esses fundamentos devem ser harmonizados pelo Estado e agentes privados.

**Não há hierarquia entre eles**; o objetivo do constituinte foi conciliar as relações privadas e a atuação estatal.

Prof. Nick Simonek

307

## Valorização do trabalho humano

- ✓ Fundamento em consonância com o princípio da dignidade humana.
- ✓ Estado garante direitos sociais devidos.
- ✓ Agentes de mercado custeiam a remuneração pelo labor.
- ✓ Garantia de direitos sociais e remuneração justa.
- ✓ Renda mínima para custeio de despesas.

Prof. Nick Simonek

308

## Livre Iniciativa

- ✓ O Estado só deve restringir atividades econômicas em caráter excepcionalíssimo.
- ✓ A regra é o livre exercício das atividades econômicas
- ✓ As restrições estatais devem ser justificadas na proteção da sociedade.
- ✓ Baseado principalmente no liberalismo econômico.
- ✓ Atuação estatal de forma subsidiária.

Prof. Nick Simonek

309

## REPERCUSSÃO GERAL Nº 826

O Supremo Tribunal Federal, na **Repercussão Geral nº 826**, condenou o Estado por sua política de preços no setor sucroalcooleiro, desde que comprovado o prejuízo econômico por meio de prova técnica.

Prof. Nick Simonek

310

## REPERCUSSÃO GERAL Nº 826

Contudo, a **livre iniciativa deve ser harmonizada com outros princípios**, como a valorização do trabalho humano, exigindo uma devida ponderação.

Prof. Nick Simonek

311

## REPERCUSSÃO GERAL Nº 826

Ademais, o fundamento da livre iniciativa é complementado pelo parágrafo único do art. 170 da CF/88, que garante a todos o direito de exercer qualquer atividade econômica, independentemente de autorização de órgãos públicos, salvo proibições legais.

Prof. Nick Simonek

312

## Justiça Social

- ✔ Fundamento para o Estado garantir bens essenciais à sociedade.
- ✔ Atuação através de políticas públicas mínimas.
- ✔ Não visa garantir todos os bens, mas o mínimo para quem não tem condições de renda mínima.
- ✔ Compartilhamento de riscos e riquezas com a sociedade.

Prof. Nick Simonek

313

## PRINCÍPIOS

Prof. Nick Simonek

314

## ORDEM ECONÔMICA

No que diz respeito aos princípios, estes representam **mandamentos de otimização que devem ser seguidos pelo Estado**, pelos Poderes e por aqueles que aplicam o direito.

Contudo, o período **pós-positivista** marcou o reconhecimento da normatividade dos princípios e de sua relevância como critério de decisão, especialmente na resolução de casos complexos.

Prof. Nick Simonek

315

## ORDEM ECONÔMICA

Os princípios e as regras positivadas dizem:

- 1) o que deve ser;
- 2) ambos são formulados com características de: ordem, permissão, proibição;
- 3) ambos são razões para juízos concretos de dever/ser, ainda que de tipo diferente.

Prof. Nick Simonek

316

## ORDEM ECONÔMICA

Perceba que independente da concepção, fato é que os princípios indicam um mandamento a ser seguido pelo Estado e agentes econômicos na ordem econômica, dando-lhe opções a serem implementadas.

Em caso de conflito entre os princípios, necessária a devida ponderação a fim de resolver qual deve prevalecer em um caso concreto.

Prof. Nick Simonek

317

## Soberania Social

O Brasil possui **independência constitucional** interna e internacional para realizar políticas de desenvolvimento econômico sem auxílio externo. Isso reconhece sua capacidade de atuar com políticas públicas econômicas e sociais baseadas em decisões políticas independentes. A soberania nacional só é alcançada com desenvolvimento econômico claro que permita a independência de auxílios internacionais.

Prof. Nick Simonek

318

## Soberania Social

A ordem econômica depende do respeito à **soberania nacional** pelos agentes econômicos, evitando riscos à ordem internacional.

Prof. Nick Simonek

319

## Soberania Social

O reconhecimento da propriedade privada é um princípio econômico que garante à sociedade o direito à propriedade, com limitações constitucionais ou legais, como a desapropriação.

A propriedade privada é crucial para uma ordem econômica que **respeita o trabalho social e o direito de usar, gozar, dispor e perseguir um bem, correlacionando-se com a existência digna.**

Prof. Nick Simonek

320

## Função Social da Propriedade

Ponto importante é que a propriedade privada na ordem econômica, em relação aos agentes econômicos, **deve ter a devida função social, ou seja, a sua utilização no domínio econômico deve respeitar parâmetros mínimos de produtividade.**

Prof. Nick Simonek

321

## Livre Concorrência

A livre concorrência, princípio derivado da livre iniciativa, pressupõe a garantia de um ambiente de mercado onde a atividade econômica possa ser iniciada e desenvolvida.

Prof. Nick Simonek

322

## Livre Concorrência

Concorrência refere-se à competição livre e saudável entre os agentes econômicos dentro de um sistema de mercado. **O objetivo constitucional ao prever esse princípio é que o Estado assegure uma competição equilibrada e saudável entre os diversos nichos de mercado.**

Prof. Nick Simonek

323

## Livre Concorrência

A relevância do tema da livre concorrência é evidenciada pela decisão do Supremo Tribunal Federal na **ADPF 449**, que abordou o direito ao livre exercício do transporte de passageiros em face das permissões estatais.

Prof. Nick Simonek

324

## ADPF 449

Nesse sentido, entendeu o STF ser inconstitucional Lei Estadual que venha a limitar o livre exercício da atividade de transporte de passageiros, valendo trazer pequeno trecho da decisão:

Prof. Nick Simonek

325

## ADPF 449

*“O exercício de atividades econômicas e profissionais por particulares deve ser protegido da coerção arbitrária por parte do Estado, competindo ao Judiciário, à luz do sistema de freios e contrapesos estabelecidos na Constituição brasileira, invalidar atos normativos que estabeleçam restrições desproporcionais à livre iniciativa e à liberdade profissional.”*

Prof. Nick Simonek

326

## SÚMULA VINCULANTE

**Súmula Vinculante 49: Ofende o princípio da livre concorrência lei municipal que impede a instalação de estabelecimentos comerciais do mesmo ramo em determinada área.**

Prof. Nick Simonek

327

## QUESTÃO

(SEFAZ AMAPÁ 2022) Em conformidade com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, é **INCOMPATÍVEL** com a disciplina constitucional dos princípios gerais da atividade econômica o estabelecimento, por lei, de

Prof. Nick Simonek

328

## QUESTÃO

- a) impedimento à fruição de tratamento tributário diferenciado e favorecido para as microempresas ou empresas de pequeno porte que possuam débitos com as fazendas públicas cuja exigibilidade não esteja suspensa.
- b) impedimento à instalação de estabelecimentos comerciais de um mesmo ramo em área determinada.

Prof. Nick Simonek

329

## QUESTÃO

- c) dispensa de licitação para contratação de serviços de tecnologia da informação considerados estratégicos, a serem prestados por empresa pública criada para esse fim.
- d) horário de funcionamento de estabelecimentos comerciais dentro da área municipal.

Prof. Nick Simonek

330

## QUESTÃO

e) dever de veiculação de mensagens educativas de trânsito em peças publicitárias de produtos da indústria automobilística.

Resposta: B

Prof. Nick Simonek

331

## Defesa do Meio Ambiente

O que se pretende aqui é proteger a matéria prima natural que servirá como fator de produção e devidamente explorada pelos agentes de mercado. A proteção decorre justamente da leitura conjugada do art. 170 com o art. 225, da CRFB/88, ao definir o meio ambiente como bem de uso comum do povo.

Prof. Nick Simonek

332

## Defesa do Meio Ambiente

Nessa linha de raciocínio, vale mencionar que o Supremo Tribunal Federal julgou parcialmente procedente a **ADPF 101** para declarar constitucional atos normativos que proíbam a importação de pneus usados considerando os efeitos nocivos à saúde.

Prof. Nick Simonek

333

## Tratamento Favorecido às Empresas de Pequeno Porte

Por tal princípio temos uma proteção conferida aos agentes privados que detém fatores de produção específicos para determinadas atividades que não são prestadas pelas grandes empresas.

Prof. Nick Simonek

334

## **Tratamento Favorecido às Empresas de Pequeno Porte**

Geralmente, essas pequenas empresas têm valorização e eficácia em suas atividades com um ramo muito específico, detendo know-how sobre determinado assunto, mas sem um poderio econômico acentuado.

Prof. Nick Simonek

335

## **Direito Concorrencial**

Prof. Nick Simonek

336

## Direito Concorrencial

**Livre Concorrência:** Derivada da livre iniciativa, este princípio é fundamental para a existência de um mercado competitivo. Sem a garantia de que os agentes possam iniciar atividades econômicas e sem um ambiente de mercado propício, a concorrência não pode florescer.

Prof. Nick Simonek

337

## Direito Concorrencial

**Proteção ao Processo Competitivo:** Garante que a competição entre os agentes de mercado ocorra de forma livre e dentro de um sistema econômico saudável, coibindo o abuso do poder econômico que possa levar à dominação de mercados, eliminação da concorrência e aumento arbitrário dos lucros.

Prof. Nick Simonek

338

## Perfeita X Imperfeita

**Concorrência Perfeita:** sistema econômico possui inúmeros consumidores e inúmeros fornecedores sem que qualquer deles possa interferir na quantidade ou no preço da oferta e demanda, sendo certa a ausência de poderio econômico.

Prof. Nick Simonek

339

## Perfeita X Imperfeita

**Concorrência Imperfeita:** presença no sistema econômico com a presença de agentes com grande poder econômico, seja em situações de monopólio com um único produtor ou na situação de oligopólio. Na concorrência imperfeita as curvas de oferta e demanda não são previsíveis, pois não necessariamente toda a produção será vendida

Prof. Nick Simonek

340

# SISTEMA BRASILEIRO DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Prof. Nick Simonek

341

## Defesa da Concorrência

Veja que o dispositivo trata sobre **prevenção e repressão às infrações contra a ordem econômica e repressão ao abuso do poder econômico** que estão justamente inseridos dentro de condutas anticompetitivas, sem falar que os bens tutelados são de natureza difusa, pertencente à coletividade

Prof. Nick Simonek

342

## Defesa da Concorrência

Art. 1º Esta Lei estrutura o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência - SBDC e dispõe sobre a prevenção e a repressão às infrações contra a ordem econômica, orientada pelos ditames constitucionais de liberdade de iniciativa, livre concorrência, função social da propriedade, defesa dos consumidores e repressão ao abuso do poder econômico.

Parágrafo único. A coletividade é a titular dos bens jurídicos protegidos por esta Lei.

Prof. Nick Simonek

343

## Estrutura do SBDC

O CADE é composto pelo **Tribunal Administrativo de Defesa Econômica, Superintendência Geral e Departamento de Estudos Econômicos**, e atua em conjunto com a Secretaria de Acompanhamento Econômico, formando o Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência.

Prof. Nick Simonek

344

## Estrutura do SBDC

Qual o objetivo e a finalidade de termos a atuação estatal na defesa da concorrência?

Três vertentes basilares: a) o controle de estruturas de mercado: via apreciação de fusões e aquisições entre empresas; b) a repressão a condutas anticompetitivas; c) a promoção da cultura da concorrência

Prof. Nick Simonek

345

## INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA

Prof. Nick Simonek

346

## INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA

Art. 36. Constituem infração da ordem econômica, independentemente de culpa, os atos sob qualquer forma manifestados, que tenham por objeto ou possam produzir os seguintes efeitos, ainda que não sejam alcançados:

I - limitar, falsear ou de qualquer forma prejudicar a livre concorrência ou a livre iniciativa;

Prof. Nick Simonek

347

## INFRAÇÕES À ORDEM ECONÔMICA

II - dominar mercado relevante de bens ou serviços;

III - aumentar arbitrariamente os lucros; e

IV - exercer de forma abusiva posição dominante.

Prof. Nick Simonek

348

## Penalidades

Art. 37. A prática de infração da ordem econômica sujeita os responsáveis às seguintes penas:

Prof. Nick Simonek

349

## Penalidades

I - no caso de empresa, multa de 0,1% (um décimo por cento) a 20% (vinte por cento) do valor do faturamento bruto da empresa, grupo ou conglomerado obtido, no último exercício anterior à instauração do processo administrativo, no ramo de atividade empresarial em que ocorreu a infração, a qual nunca será inferior à vantagem auferida, quando for possível sua estimação;

Prof. Nick Simonek

350

## Penalidades

II - no caso das demais pessoas físicas ou jurídicas de direito público ou privado, bem como quaisquer associações de entidades ou pessoas constituídas de fato ou de direito, ainda que temporariamente, com ou sem personalidade jurídica, que não exerçam atividade empresarial, não sendo possível utilizar-se o critério do valor do faturamento bruto, a multa será entre R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais) e R\$ 2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais);

Prof. Nick Simonek

351

## Aplicação das Penalidades

Art. 45. Na aplicação das penas estabelecidas nesta Lei, levar-se-á em consideração:

- I - a gravidade da infração;
- II - a boa-fé do infrator;
- III - a vantagem auferida ou pretendida pelo infrator;
- IV - a consumação ou não da infração;

Prof. Nick Simonek

352

## Aplicação das Penalidades

V - o grau de lesão, ou perigo de lesão, à livre concorrência, à economia nacional, aos consumidores, ou a terceiros;

VI - os efeitos econômicos negativos produzidos no mercado;

VII - a situação econômica do infrator; e

VIII - a reincidência

Prof. Nick Simonek

353

## CONTROLE DOS ATOS DE CONCENTRAÇÃO

Prof. Nick Simonek

354

## Controle dos Atos de Concentração

Trata-se de atos praticados com o objetivo de constituir conglomerados econômicos, de forma a aumentar o poder econômico e por diversas vezes limitar a entrada de concorrentes.

Prof. Nick Simonek

355

## Controle dos Atos de Concentração

Temos a situação de atos negociais que buscam efetivo controle sobre certo nicho da economia e que dependem da intervenção estatal para serem devidamente controlados, os chamados atos de concentração. Em verdade, trata-se de atos de concentração com diversos efeitos sobre o mercado, surgindo a partir daí a necessidade de controle

Prof. Nick Simonek

356

## Controle dos Atos de Concentração

Atos de concentração podem gerar efeitos desejáveis ou indesejáveis, fato que autoriza, em respeito ao direito a um sistema idôneo de defesa da concorrência, a análise de cada caso pelo Tribunal Administrativo.

Prof. Nick Simonek

357

## Controle dos Atos de Concentração

Art. 90. Para os efeitos do art. 88 desta Lei, realiza-se um ato de concentração quando:

I - 2 (duas) ou mais empresas anteriormente independentes se fundem;

Prof. Nick Simonek

358

## Controle dos Atos de Concentração

II - 1 (uma) ou mais empresas adquirem, direta ou indiretamente, por compra ou permuta de ações, quotas, títulos ou valores mobiliários conversíveis em ações, ou ativos, tangíveis ou intangíveis, por via contratual ou por qualquer outro meio ou forma, o controle ou partes de uma ou outras empresas;

Prof. Nick Simonek

359

## Controle dos Atos de Concentração

III - 1 (uma) ou mais empresas incorporam outra ou outras empresas; ou

IV - 2 (duas) ou mais empresas celebram contrato associativo, consórcio ou joint venture.

Prof. Nick Simonek

360

## Controle dos Atos de Concentração

Parágrafo único. Não serão considerados atos de concentração, para os efeitos do disposto no art. 88 desta Lei, os descritos no inciso IV do caput, quando destinados às licitações promovidas pela administração pública direta e indireta e aos contratos delas decorrentes.

Prof. Nick Simonek

361

## Controle dos Atos de Concentração

Art. 88. Serão submetidos ao Cade pelas partes envolvidas na operação os atos de concentração econômica em que, cumulativamente:

Prof. Nick Simonek

362

## Controle dos Atos de Concentração

I - pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e

Prof. Nick Simonek

363

## Controle dos Atos de Concentração

II - pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Prof. Nick Simonek

364

## Controle dos Atos de Concentração

Art. 88. Serão submetidos ao Cade pelas partes envolvidas na operação os atos de concentração econômica em que, cumulativamente:

Prof. Nick Simonek

365

## Controle dos Atos de Concentração

I - pelo menos um dos grupos envolvidos na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 400.000.000,00 (quatrocentos milhões de reais); e

Prof. Nick Simonek

366

## Controle dos Atos de Concentração

II - pelo menos um outro grupo envolvido na operação tenha registrado, no último balanço, faturamento bruto anual ou volume de negócios total no País, no ano anterior à operação, equivalente ou superior a R\$ 30.000.000,00 (trinta milhões de reais).

Prof. Nick Simonek

367

## QUESTÃO

FGV – SENADO – 2022

Assinale a conduta que não constitui infração da ordem econômica, nos termos da Lei nº 12.529/2011.

- A) Prática de preços diferenciados conforme a reputação do adquirente.
- B) Conquista e manutenção de posição dominante no mercado.

Prof. Nick Simonek

368

## QUESTÃO

C) Acordo entre concorrentes para definir preços mínimos.

D) Imposição de preços de revenda a partir de contratos com cláusula de exclusividade

E) Venda abaixo do custo para ampliar participação no mercado.

Resposta: B

Prof. Nick Simonek

369

# OBRIGADO

Prof. Nick Simonek

370

# Conhecimentos Específicos: Bloco 9

371

# Regulação

Tópico Completo

Prof. Nick Simonek

372

# O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Prof. Nick Simonek

373

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Inicialmente, vale dizer que o Estado brasileiro antes da Constituição Federal de 1988 era reconhecidamente um Estado detentor de inúmeras atividades, inclusive econômicas, ou seja, tratava-se de um verdadeiro monopólio estatal de atividades em grandes espaços ao empresariado.

Prof. Nick Simonek

374

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Com a constituição federal de 1988 e posteriormente com o advento da Lei 9.491/97, a qual revogou a Lei 8.031/90, houve a instituição de uma verdadeira reforma estatal com a previsão de novos procedimentos de desestatização.

Prof. Nick Simonek

375

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Em linhas gerais, o Estado transferiu a iniciativa privada a prestação de determinadas atividades que antes eram prestadas pelo Estado de maneira ineficiente passando a iniciativa privada a deter a execução de tais atividades.

Prof. Nick Simonek

376

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

A opção por agências reguladoras se deu em razão da técnica que deve ser observada nos nichos econômicos, considerando que a depender da matéria se torna impossível o legislador deter tal expertise, motivo pelo qual trabalhamos hoje com um poder normativo técnico oriundo do princípio da deslegalização, ou seja, confere-se a tais pessoas o poder de edição de normativas técnicas acerca de determinada matéria, considerando o nicho econômico em que regulam.

Prof. Nick Simonek

377

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

### AGÊNCIAS REGULADORAS

- 1) Personalidade Jurídica;
- 2) Capacidade Técnica;
- 3) Permeabilidade;
- 4) Independência;
- 5) Autonomia;
- 6) Regime Jurídico dos Servidores;
- 7) Disciplina Normativa;
- 8) Teoria da Captura;

Prof. Nick Simonek

378

# O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Pressupostos:

- 1) O Estado possui efetiva autorização para atuar como agente econômico de acordo com o ordenamento nacional?
- 2) Se a resposta é positiva, quais as formas de atuação do Estado na ordem econômica?

Prof. Nick Simonek

379

# O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.

Prof. Nick Simonek

380

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

### Objetivos:

Atividade estatal no campo econômico que objetiva justamente a criação de regras sobre determinados nichos econômicos a fim de evitar justamente o abuso do poder e garantir a defesa da concorrência.

Prof. Nick Simonek

381

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Pode-se conceituar a regulação como o conjunto de atos e medidas estatais que têm por fim, garantir a observância dos princípios norteadores da ordem econômica no mercado, bem como a devida e correta prestação de serviços públicos, além do incentivo e fomento para a implementação das políticas públicas respectivas para direcionamento de cada nicho da economia.

Prof. Nick Simonek

382

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

### Instrumentos de Regulação:

- a) atos normativos para supervisão e regulamentação da atividade econômica;
- b) Mediação entre os interesses dos setores públicos e privados, através de instrumentos jurídicos transnacionais de composição extrajudicial de conflitos

Prof. Nick Simonek

383

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

### Instrumentos de Regulação:

- c) exercício de poder de polícia sobre a atividade econômica, com a expedição de regulamentos proibitivos próprios ou por aplicação de sanções administrativas nas infrações a serem apuradas no caso concreto função judicante;

Prof. Nick Simonek

384

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

d) Fomento, estímulo e promoção a determinadas atividades, a fim de se alcançar os objetivos políticos estabelecidos pelo Poder Público.

Prof. Nick Simonek

385

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

- 1) AUTORREGULAÇÃO
- 2) HETERORREGULAÇÃO

Prof. Nick Simonek

386

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Na autorregulação temos o próprio mercado garantindo o respeito aos princípios estipulados no texto constitucional, mais especificamente sobre o capítulo que trata da ordem econômica. Nessa situação, toda a condução de cada nicho econômico é independente e se dá pelo uso de mecanismos de mercado praticados pelos próprios agentes econômicos.

Prof. Nick Simonek

387

## O PAPEL REGULADOR DO ESTADO

Na heterorregulação ou regulação pública temos a situação da efetiva atuação do Estado no campo econômico, garantindo os postulados constitucionais da ordem econômica. Aqui, no caso brasileiro, a regulação se dá por Agências Reguladoras, autarquias em regime especial, com poderes específicos para regular o mercado.

Prof. Nick Simonek

388

# REGULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Prof. Nick Simonek

389

## REGULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a regulação se divide em três áreas: a regulação econômica, que se traduz na regulação da atividade econômica e dos setores da economia pelo Estado; a regulação social, que regula as atividades de interesse social; e a regulação Administrativa, traduzida pela soberania do Estado e no poder de regulamentar.

Prof. Nick Simonek

390

## REGULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

A teoria da regulação pauta-se em controlar o comportamento dos agentes econômicos para:

- a) viabilizar a concorrência nos setores da economia sujeitos à transição de situações de monopólios à competição;
- b) regular aqueles acometidos por “falhas” em suas estruturas mercadológicas, de modo a limitar o exercício do poder econômico neles presente e controlar seus reflexos em mercados congêneres e/ou correlatos;

Prof. Nick Simonek

391

## REGULAÇÃO ECONÔMICA E SOCIAL

- c) proporcionar a consecução de objetivos de ordem social pautados em políticas públicas, não atingidos/atingíveis pelo simples estabelecimento de um regime concorrencial.

Prof. Nick Simonek

392

# FALHAS DE MERCADO

Prof. Nick Simonek

393

# FALHAS DE MERCADO

Quando um determinado nicho da economia não está funcionando efetivamente, é natural serem identificadas falhas de mercado. Por falhas de mercado temos situações de atipicidade de funcionamento em determinado setor da economia.

Prof. Nick Simonek

394

## FALHAS DE MERCADO

Perceba o seguinte: devido à existência de falhas de mercado, tendo em vista a necessidade de aumentar o bem-estar da sociedade, o setor público intervém na economia desempenhando três funções clássicas: função alocativa, estabilizadora e distributiva. A função alocativa está associada ao fornecimento de bens e serviços não oferecidos adequadamente pelo sistema de mercado.

Prof. Nick Simonek

395

## FALHAS DE MERCADO

Em outras palavras, essa função tem o objetivo de alocar os recursos quando não for possível, pelas condições de mercado, a determinação de preços de bens e serviços, de forma a assegurar uma maior eficiência na utilização dos recursos disponíveis na economia.

Prof. Nick Simonek

396

## FALHAS DE MERCADO

A função estabilizadora concentra seus esforços na manutenção de um alto nível de utilização de recursos e de um valor estável da moeda. Consiste na promoção do crescimento econômico sustentado, com baixo desemprego e estabilidade de preços.

Prof. Nick Simonek

397

## FALHAS DE MERCADO

A função distributiva é voltada para a necessidade do governo de intervir na economia, visando corrigir a desigualdade existente na distribuição da renda nacional que, normalmente, não é igualitária. Assim, a correção da desigualdade na repartição da renda pode ser efetuada mediante intervenção governamental, e um dos processos mais utilizados com vistas a tal objetivo consiste em utilizar o sistema tributário e a política de gastos governamentais.

Prof. Nick Simonek

398

## FALHAS DE MERCADO

Diante de tal quadro de anomalia é que, diante do interesse coletivo, se faz necessária a regulação daquele setor. Trata-se de situação de anormalidade do mercado com efeitos danosos ao processo competitivo.

Prof. Nick Simonek

399

## FALHAS DE MERCADO

### PRINCIPAIS

- 1) Externalidades
- 2) Assimetria de Informação
- 3) Bens Públicos
- 4) Bens Comuns

Prof. Nick Simonek

400

## FALHAS DE MERCADO

### LEMBRAR:

Bens públicos puros são caracterizados por serem não-rivais (o consumo por uma pessoa não diminui a disponibilidade para outra) e não-exclusivos (não é possível impedir outras pessoas de usarem o bem).

Prof. Nick Simonek

401

## FALHAS DE MERCADO

### LEMBRAR:

Os bens comuns são não excludentes, mas são rivais. Uma rodovia livre de pedágio é um bem não excludente, pois todas as pessoas, mesmo as que não pagaram por ela irão ter acesso. No entanto, a rodovia só comporta um número específico de carros. Se houver mais carros do que capacidade da rodovia, o fato de um carro utilizar a rodovia evitará que um outro a utilize. Ou seja, a rodovia sem pedágio é um bem não excludente, mas é um bem rival.

Prof. Nick Simonek

402

# FALHAS DE MERCADO

## BARREIRAS DE ENTRADA

Desafios enfrentados por agentes econômicos ao tentarem entrar em um mercado ou setor específico são chamados de barreiras à entrada. Esses são os fatores que dificultam a entrada de novas empresas em um setor.

Prof. Nick Simonek

403

# FALHAS DE MERCADO

## BARREIRAS DE ENTRADA

### 1) Barreiras econômicas primárias:

Altos custos iniciais.

Barreiras de acesso: surgem quando novos entrantes enfrentam dificuldades para acessar recursos essenciais ou canais de distribuição. Isso inclui acesso limitado a fornecedores importantes, contratos exclusivos com distribuidores ou barreiras regulatórias que restringem a entrada no mercado.

Prof. Nick Simonek

404

# FALHAS DE MERCADO

## BARREIRAS DE ENTRADA

### 2) Barreiras Estruturais:

Barreiras estruturais referem-se a obstáculos que surgem da estrutura ou características de um mercado ou indústria.

- Regulação
- Propriedade Intelectual

Prof. Nick Simonek

405

# FALHAS DE MERCADO

## BARREIRAS DE ENTRADA

### 3) Barreiras Naturais:

Acesso a recursos  
Barreira tecnológica  
Monopólio Natural

Prof. Nick Simonek

406

# TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

Prof. Nick Simonek

407

# TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

A relação entre os agentes, para os autores, decorre de um suposto “contrato” estabelecido entre um indivíduo (ou grupo de indivíduos), denominado de principal, e outro indivíduo (ou grupo de indivíduos). A regulação entra justamente como instrumento para reduzir os problemas dessa relação.

Prof. Nick Simonek

408

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

A regulação entra justamente como instrumento para reduzir os problemas dessa relação. A Teoria do Agente-Principal fornece a base conceitual para entender por qual motivo a regulação é necessária: ela busca corrigir falhas na relação entre quem detém o poder ou os recursos (principal) e quem os administra ou executa tarefas (agente).

Prof. Nick Simonek

409

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

A Teoria do Agente-Principal fornece a base conceitual para entender porque a regulação é necessária: ela busca corrigir falhas na relação entre quem detém o poder ou os recursos (principal) e quem os administra ou executa tarefas (agente).

Prof. Nick Simonek

410

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

Neste compromisso, o principal delega ao agente alguma autoridade para realizar atividades e tomar decisões de seu interesse. Toda vez que um indivíduo (agente) é contratado para executar funções e tomar decisões em benefício de outro (ou outros), conhecido por principal, tem-se estabelecida a relação de agência.

Prof. Nick Simonek

411

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

Os agentes recebem remuneração do principal para tomar decisões que venham de encontro aos seus interesses. A Teoria de Agência é importante pela contribuição que oferece em explicar a relação contratual presente entre os principais e agentes, os conflitos que surgem entre as partes, e os custos decorrentes que causam perda de valor para a empresa.

Prof. Nick Simonek

412

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

No conflito de agentes acionistas e administradores, os acionistas são identificados como os proprietários, aqueles que detêm o poder de mando da sociedade (os recursos econômicos); os administradores são os seus agentes.

Prof. Nick Simonek

413

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

O fundamento da teoria de agência decorre da celebração de um contrato (relacionamento de agência) em que o principal contrata outra pessoa, o agente, para desenvolver determinados serviços e que envolva decisões e delegação de autoridade para o agente.

Prof. Nick Simonek

414

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

Nessa relação de agência, o principal espera que o agente tome decisões que atendam seus interesses. O principal procura sempre maximizar sua função de utilidade.

Prof. Nick Simonek

415

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

No entanto, as visões de negócios e riscos dos agentes nem sempre são coincidentes, podendo assumir diferentes objetivos e atitudes perante as diversas decisões empresariais. Ocorrendo pontos de discordância ou objetivos divergentes entre as partes (principal e agente), tem-se o que se denomina de conflito de agentes.

Prof. Nick Simonek

416

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

No ambiente da empresa são identificados uma grande quantidade de “contratos” estabelecidos entre os diversos agentes, de maneira formal, como o estabelecido entre credores e administradores, ou tácitos, como a relação entre a administração da empresa e a auditoria. Sempre que as partes – principal e agentes – atuam no sentido de maximizar suas utilidades pessoais, tem-se um potencial problema de conflito de agentes.

Prof. Nick Simonek

417

## TEORIA DO AGENTE PRINCIPAL

O agente dificilmente irá atender plenamente ao interesse do principal.

Prof. Nick Simonek

418

# TEORIA ECONÔMICA DA REGULAÇÃO

Em relação a teoria econômica da regulação temos um verdadeiro ramo da economia que estuda como o governo regula mercados e atividades econômicas.

Prof. Nick Simonek

419

# TEORIA ECONÔMICA DA REGULAÇÃO

Trata-se das razões para que haja intervenção do Estado na economia através de sua atividade típica como a edição de normas para regular um nicho da economia. Trata-se então da principal teoria que justifica a atuação do estado na atividade regulatória.

Prof. Nick Simonek

420

## TEORIA ECONÔMICA DA REGULAÇÃO

Em relação a teoria econômica da regulação temos um verdadeiro ramo da economia que estuda como o governo regula mercados e atividades econômicas. Trata-se das razões para que haja intervenção do Estado na economia através de sua atividade típica como a edição de normas para regular um nicho da economia.

Prof. Nick Simonek

421

## TEORIA ECONÔMICA DA REGULAÇÃO

Trata-se então da principal teoria que justifica a atuação do estado na atividade regulatória.

Prof. Nick Simonek

422

# BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Prof. Nick Simonek

423

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Lembre-se: atividade da administração pública que, limitando ou disciplinando direito, interesse ou liberdade, regula a prática de ato ou abstenção de fato, em razão de interesse público concernente à segurança, à higiene, à ordem, aos costumes, à disciplina da produção e do mercado, ao exercício de atividades econômicas dependentes de concessão ou autorização do Poder Público.

Prof. Nick Simonek

424

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

### Fiscalização Responsiva

Trata-se de um modelo de fiscalização em que se busca permitir que os regulados passem a atuar consoante as regras e regulamentos de forma mais eficaz, utilizando uma combinação de ações educativas, preventivas e corretivas, em vez de depender exclusivamente de sanções.

Prof. Nick Simonek

425

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Ao invés de simplesmente punir infrações, a fiscalização responsiva busca entender as causas da não conformidade e trabalhar em conjunto com os fiscalizados para corrigir.

Prof. Nick Simonek

426

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização responsiva marca a importância de ações educativas e preventivas para evitar a ocorrência de infrações, buscando esclarecer as regras e orientar os fiscalizados sobre como cumpri-las.

Prof. Nick Simonek

427

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Em suma, é aplicar sanções de maneira inteligente e em conversa com o ente regulado. Trata-se do uso inteligente e racional das sanções considerando a gravidade, o histórico do infrator, dentre outros parâmetros.

Prof. Nick Simonek

428

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Ao invés de simplesmente punir infrações, a fiscalização responsiva busca entender as causas da não conformidade e trabalhar em conjunto com os fiscalizados para corrigir.

Prof. Nick Simonek

429

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

A fiscalização responsiva marca a importância de ações educativas e preventivas para evitar a ocorrência de infrações, buscando esclarecer as regras e orientar os fiscalizados sobre como cumpri-las.

Prof. Nick Simonek

430

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Em suma, é aplicar sanções de maneira inteligente e em conversa com o ente regulado. Trata-se do uso inteligente e racional das sanções considerando a gravidade, o histórico do infrator, dentre outros parâmetros.

Prof. Nick Simonek

431

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Dentro desse contexto surge a ideia de uma fiscalização baseada em uma pirâmide regulatória. Na base da pirâmide, medidas de persuasão para agentes virtuosos; no meio da pirâmide, medidas punitivas para agentes racionais.

Prof. Nick Simonek

432

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

No topo da pirâmide, medidas para agentes que não são nem virtuosos nem racionais, mas incapazes de cumprir os objetivos da regulação e devem ser retirados de suas atividades. A pirâmide regulatória é a representação mais comum da regulação responsiva.

Prof. Nick Simonek

433

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

Perceba o seguinte: na base da pirâmide temos sanções menos gravosas. No meio da pirâmide, sanções medianas e que já geram um maior engajamento. No topo da pirâmide medidas sancionatórias gravosas ao regulado.

Prof. Nick Simonek

434

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO



Prof. Nick Simonek

435

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

O formato de pirâmide deve-se ao fato de que a escalada das medidas, das persuasivas às punitivas, deve ser gradual. Neste caso, as medidas são como os degraus de uma pirâmide. A ideia é escalar os degraus um por um, um passo por vez.

Na medida em que medidas persuasivas mostram-se ineficazes, avança-se em direção a medidas um pouco mais duras.

Prof. Nick Simonek

436

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

E o que é o chamado diamante regulatório?

O arranjo do Diamante Regulatório vai além do esforço de cumprimento das regras, integrando duas frentes de atuação: i) a de conformidade, ou seja, de obedecer às normas regulatórias, e ii) a aspiracional, com o objetivo de promover o progresso do regulado de acordo com suas necessidades e os desejos da sociedade.

Prof. Nick Simonek

437

## BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO

O diamante regulatório é um modelo que descreve como a regulação pode ser mais eficaz ao considerar não apenas os padrões mínimos de comportamento, mas também objetivos ideais e os mecanismos para alcançá-los.

É como uma evolução da regulação responsiva, propondo em verdade um diamante com duas pontas na vertical. O eixo superior se refere a evolução do agente regulado. O eixo inferior se refere as sanções evolutivas a serem aplicadas.

Prof. Nick Simonek

438

# BOAS PRÁTICAS DE FISCALIZAÇÃO



Prof. Nick Simonek

439

# BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Prof. Nick Simonek

440

# BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

- 1) Análise de Impacto Regulatório
- 2) Avaliação de Impacto Regulatório
- 3) Agenda Regulatória
- 4) Ouvidor

Prof. Nick Simonek

441

# BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Uma boa prática regulatória diz respeito aos atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, cabendo a observância da Análise de Impacto Regulatório. Inclusive, caberá a observância do seguinte, nos termos do decreto nº 11.243/2022 :

Prof. Nick Simonek

442

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Art. 5º Os órgãos e as entidades que editem os atos normativos previstos no art. 2º deverão, por meio do Ministério a que estiverem vinculados, publicar relatório com a estimativa dos principais impactos dos atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados publicados durante o exercício.

Prof. Nick Simonek

443

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Além disso, vale aqui trazer o disposto no Decreto nº 11.243/2022, que trata sobre a agenda regulatória: Art. 6º Os órgãos e as entidades que editem os atos normativos de que trata este Decreto deverão elaborar e publicar, no mínimo, a cada dois anos, a agenda regulatória referente ao seu âmbito de atuação.

Prof. Nick Simonek

444

# BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

§ 1º A agenda regulatória:

I - é o instrumento de planejamento da atividade normativa;

II - conterá o conjunto dos temas prioritários a serem regulados pelo órgão, pela unidade administrativa ou pela entidade durante a sua vigência;

Prof. Nick Simonek

445

# BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

III - deverá ser aprovada pelo titular do órgão, da unidade administrativa ou da entidade; e

Prof. Nick Simonek

446

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

IV - conterá, sem prejuízo de outros elementos a serem detalhados ou complementados na forma prevista no art. 9º:

- a) a descrição concisa dos temas;
- b) o contato institucional da autoridade responsável pela área a cargo da regulação do tema;
- c) os setores afetados; e

Prof. Nick Simonek

447

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

d) o indicativo de eventual impacto significativo ao comércio internacional.

§ 2º Para fins de cumprimento do disposto na alínea “b” do inciso IV do § 1º, deverá ser informado, no mínimo, o correio eletrônico do agente público responsável.

Prof. Nick Simonek

448

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Sobre o controle social, a Lei de nº 13.848/2019, previu a necessidade de criação de ouvidoria específica por parte de cada agência reguladora onde o ouvidor atuará de forma independente sem qualquer tipo de pressão externa. Vejamos:

Prof. Nick Simonek

449

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Art. 22. Haverá, em cada agência reguladora, 1 (um) ouvidor, que atuará sem subordinação hierárquica e exercerá suas atribuições sem acumulação com outras funções.

§ 1º São atribuições do ouvidor:

I - zelar pela qualidade e pela tempestividade dos serviços prestados pela agência;

Prof. Nick Simonek

450

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

II - acompanhar o processo interno de apuração de denúncias e reclamações dos interessados contra a atuação da agência;

III - elaborar relatório anual de ouvidoria sobre as atividades da agência.

Prof. Nick Simonek

451

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Para ser Ouvidor de uma agência reguladora, a pessoa é escolhida e nomeada pelo Presidente da República, após aprovação prévia do Senado Federal. É exigido que o candidato não se enquadre nas hipóteses de inelegibilidade da Lei Complementar nº 64/1990 e possua notório conhecimento em administração pública, regulação econômica ou na área específica de atuação da agência.

Prof. Nick Simonek

452

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

O mandato do Ouvidor é de três anos, sem possibilidade de recondução. Ele só pode perder o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar. É vedada a participação, direta ou indireta, do Ouvidor em qualquer empresa regulada pela agência onde atua.

Prof. Nick Simonek

453

## BOAS PRÁTICAS REGULATÓRIAS

Um processo administrativo contra o Ouvidor só pode ser iniciado pelo ministro ao qual a agência é vinculada ou pelo Ministro da Controladoria Geral da União, a partir de uma representação do conselho diretor ou da diretoria colegiada da agência.

Prof. Nick Simonek

454

# AGÊNCIAS REGULADORAS

Prof. Nick Simonek

455

## AGÊNCIAS REGULADORAS

Autarquias componentes da administração indireta, com personalidade jurídica de direito público, estando sujeitas a um regime especial a que a elas é inerente, com vinculação ao ministério competente da atividade, tão somente para fins organizacionais. Não há, aqui, subordinação hierárquica

Prof. Nick Simonek

456

## AGÊNCIAS REGULADORAS

Criação por meio de lei de agências que contenham tecnicidade sobre a regulação em determinado setor da economia, sem prejuízo do controle, também, das atividades prestadas via concessão ou permissão dos serviços públicos delegados.

Prof. Nick Simonek

457

## Características

Independência - Impossibilidade de intervenções externas ou mesmo internas no exercício das atividades da agência reguladora. É que as agências reguladoras não estão subordinadas ao governo central, tampouco a política administrativa ou econômica ali estabelecida. Impossibilidade de recurso hierárquico impróprio  
Autonomia é diferente de independência. Não se fala em princípio do livre convencimento motivado, mas em princípio da legalidade.

Prof. Nick Simonek

458

## Disciplina Normativa

O tema fora regulado pela Lei de nº 9.986/2000 que versava especificamente sobre a gestão de pessoas das agências reguladoras, mas que se encontra com vários dispositivos revogados. Isso porque, em 2019, fora editada a Lei de nº 13.848/2019 que trata especificamente sobre as agências reguladoras, legislação que pode ser dividida da seguinte forma: **1) Normas Gerais; 2) Regras de processo decisório; 3) Prestação de contas e controle social;**

Prof. Nick Simonek

459

## Disciplina Normativa

**4) Interação entre as Agências e o Órgão de Defesa da Concorrência; 5) Articulação das Agências e os Órgãos de defesa do meio ambiente e do consumidor; 6) Articulação entre as Agências; 7) Da interação entre as Agências Reguladoras de Diferentes Níveis Federativos**

Prof. Nick Simonek

460

## Disciplina Normativa

Pelo texto, para ser considerada autarquia sob regime especial, necessário o preenchimento das seguintes características:

- 1) Ausência de subordinação hierárquica;
- 2) Autonomia em diferentes frentes;
- 3) Práticas de gestão de risco e controle interno e divulgação de programas de integridade.

Prof. Nick Simonek

461

## REGRAS DO PROCESSO DECISÓRIO

Prof. Nick Simonek

462

# REGRAS DO PROCESSO DECISÓRIO

## Uniformidade, Objetividade e Regra do Colegiado

Perceba que o intuito da legislação é justamente evitar que todo e qualquer ato normativo seja futuramente judicializado, considerando a capacidade técnica e a melhor decisão a determinado nicho da economia, garantindo eficiência e bom funcionamento do mercado regulado.

Prof. Nick Simonek

463

# REGRAS

Art. 4º A agência reguladora deverá observar, em suas atividades, a devida adequação entre meios e fins, vedada a imposição de obrigações, restrições e sanções em medida superior àquela necessária ao atendimento do interesse público.

Art. 5º A agência reguladora deverá indicar os pressupostos de fato e de direito que determinarem suas decisões, inclusive a respeito da edição ou não de atos normativos.

Prof. Nick Simonek

464

## REGRAS

Art. 6º A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterá informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo.

Prof. Nick Simonek

465

## Consultas Públicas

Art. 9º Serão objeto de consulta pública, previamente à tomada de decisão pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada, as minutas e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados.

Prof. Nick Simonek

466

## Consultas Públicas

§ 1º A consulta pública é o instrumento de apoio à tomada de decisão por meio do qual a sociedade é consultada previamente, por meio do envio de críticas, sugestões e contribuições por quaisquer interessados, sobre proposta de norma regulatória aplicável ao setor de atuação da agência reguladora.

Prof. Nick Simonek

467

## Audiência Pública

Art. 10. A agência reguladora, por decisão colegiada, poderá convocar audiência pública para formação de juízo e tomada de decisão sobre matéria considerada relevante.

§ 1º A audiência pública é o instrumento de apoio à tomada de decisão por meio do qual é facultada a manifestação oral por quaisquer interessados em sessão pública previamente destinada a debater matéria relevante.

Prof. Nick Simonek

468

# Prestação de Contas e Controle Social

Prof. Nick Simonek

469

## Prestação de Contas

Controle sobre as agências reguladoras, considerando a autonomia que lhe é atribuída, este será exercido pelo Congresso Nacional com auxílio do Tribunal de Contas da União.

Agências estão obrigadas a elaborarem relatórios e planos específicos atendendo a finalidade de suas atividades. Nessa linha, cabem as agências editarem relatório anual circunstanciado de suas atividades, destacando o cumprimento da política do setor, definida pelos Poderes Legislativo e Executivo.

Prof. Nick Simonek

470

## Prestação de Contas e Controle Social

Art. 16. A agência reguladora deverá implementar, em cada exercício, plano de comunicação voltado à divulgação, com caráter informativo e educativo, de suas atividades e dos direitos dos usuários perante a agência reguladora e as empresas que compõem o setor regulado

Prof. Nick Simonek

471

## Prestação de Contas e Controle Social

Art. 17. A agência reguladora deverá elaborar, para cada período quadrienal, plano estratégico que conterà os objetivos, as metas e os resultados estratégicos esperados das ações da agência reguladora relativos a sua gestão e a suas competências regulatórias, fiscalizatórias e normativas, bem como a indicação dos fatores externos alheios ao controle da agência que poderão afetar significativamente o cumprimento do plano.

Prof. Nick Simonek

472

## Prestação de Contas e Controle Social

Art. 18. O plano de gestão anual, alinhado às diretrizes estabelecidas no plano estratégico, será o instrumento anual do planejamento consolidado da agência reguladora e contemplará ações, resultados e metas relacionados aos processos finalísticos e de gestão.

Prof. Nick Simonek

473

## Prestação de Contas e Controle Social

Art. 21. A agência reguladora implementará, no respectivo âmbito de atuação, a agenda regulatória, instrumento de planejamento da atividade normativa que conterà o conjunto dos temas prioritários a serem regulamentados pela agência durante sua vigência.

§ 1º A agenda regulatória deverá ser alinhada com os objetivos do plano estratégico e integrará o plano de gestão anual.

Prof. Nick Simonek

474

## Prestação de Contas e Controle Social

§ 2º A agenda regulatória será aprovada pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada e será disponibilizada na sede da agência e no respectivo sítio na internet

Prof. Nick Simonek

475

## Prestação de Contas e Controle Social

Vale dizer que a função de ouvidor depende de escolha pelo Presidente da República e por ele nomeado, após prévia aprovação do Senado Federal, devendo não se enquadrar nas hipóteses de inelegibilidade previstas no inciso I do caput do art. 1º da Lei Complementar nº 64, de 18 de maio de 1990, e ter notório conhecimento em administração pública ou em regulação de setores econômicos, ou no campo específico de atuação da agência reguladora.

Prof. Nick Simonek

476

## Prestação de Contas e Controle Social

O ouvidor terá mandato de 3 (três) anos, vedada a recondução, no curso do qual somente perderá o cargo em caso de renúncia, condenação judicial transitada em julgado ou condenação em processo administrativo disciplinar. Não pode o ouvidor ter participação, direta ou indireta, em empresa sob regulação da respectiva agência reguladora.

Prof. Nick Simonek

477

## Prestação de Contas e Controle Social

Eventual processo administrativo contra o ouvidor somente poderá ser instaurado pelo titular do ministério ao qual a agência está vinculada, por iniciativa de seu ministro ou do Ministro de Estado da Controladoria-Geral da União, em decorrência de representação promovida pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada da respectiva agência

Prof. Nick Simonek

478

# INTERAÇÃO COM OS órgãos de defesa da concorrência

Prof. Nick Simonek

479

## Órgãos de defesa da concorrência

Pretendeu o legislador garantir que as agências estejam atentas as práticas do mercado regulado e que eventuais condutas que possam gerar conflito de natureza concorrencial sejam informadas aos órgãos de defesa da concorrência, quais sejam o Conselho Administrativo de Defesa Econômica - CADE e a Secretaria de Acompanhamento Econômico do Ministério da Fazenda, nos termos da Lei 12.529/2011, sem prejuízo de outros órgãos atuantes.

Prof. Nick Simonek

480

## Órgãos de defesa da concorrência

Art. 25. Com vistas à promoção da concorrência e à eficácia na implementação da legislação de defesa da concorrência nos mercados regulados, as agências reguladoras e os órgãos de defesa da concorrência devem atuar em estreita cooperação, privilegiando a troca de experiências.

Prof. Nick Simonek

481

## Órgãos de defesa da concorrência

Art. 26. No exercício de suas atribuições, incumbe às agências reguladoras monitorar e acompanhar as práticas de mercado dos agentes dos setores regulados, de forma a auxiliar os órgãos de defesa da concorrência na observância do cumprimento da legislação de defesa da concorrência, nos termos da Lei nº 12.529, de 30 de novembro de 2011 (Lei de Defesa da Concorrência).

Prof. Nick Simonek

482

## Órgãos de defesa da concorrência

Art. 27. Quando a agência reguladora, no exercício de suas atribuições, tomar conhecimento de fato que possa configurar infração à ordem econômica, deverá comunicá-lo imediatamente aos órgãos de defesa da concorrência para que esses adotem as providências cabíveis.

Prof. Nick Simonek

483

## Órgãos de defesa da concorrência

Art. 28. Sem prejuízo de suas competências legais, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) notificará a agência reguladora do teor da decisão sobre condutas potencialmente anticompetitivas cometidas no exercício das atividades reguladas, bem como das decisões relativas a atos de concentração julgados por aquele órgão, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas após a publicação do respectivo acórdão, para que sejam adotadas as providências legais.

Prof. Nick Simonek

484

## Órgãos de defesa da concorrência

Buscou o legislador constituir um microssistema de informações entre as agências reguladoras e os órgãos de defesa do meio ambiente e do consumidor, através do compartilhamento de dados, tudo em prol dos bens jurídicos tutelados.

Prof. Nick Simonek

485

## Órgãos de defesa da concorrência

Art. 31. No exercício de suas atribuições, e em articulação com o Sistema Nacional de Defesa do Consumidor (SNDC) e com o órgão de defesa do consumidor do Ministério da Justiça e Segurança Pública, incumbe às agências reguladoras zelar pelo cumprimento da legislação de defesa do consumidor, monitorando e acompanhando as práticas de mercado dos agentes do setor regulado.

Prof. Nick Simonek

486

## Órgãos de defesa da concorrência

Art. 32. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, as agências reguladoras são autorizadas a celebrar, com força de título executivo extrajudicial, termo de ajustamento de conduta com pessoas físicas ou jurídicas sujeitas a sua competência regulatória, aplicando-se os requisitos do art. 4º-A da Lei nº 9.469, de 10 de julho de 1997.

Prof. Nick Simonek

487

## Órgãos de defesa da concorrência

§ 1º Enquanto perdurar a vigência do correspondente termo de ajustamento de conduta, ficará suspensa, em relação aos fatos que deram causa a sua celebração, a aplicação de sanções administrativas de competência da agência reguladora à pessoa física ou jurídica que o houver firmado.

Prof. Nick Simonek

488

## Órgãos de defesa da concorrência

§ 2º A agência reguladora deverá ser comunicada quando da celebração do termo de ajustamento de conduta a que se refere o § 6º do art. 5º da Lei nº 7.347, de 24 de julho de 1985, caso o termo tenha por objeto matéria de natureza regulatória de sua competência.

Prof. Nick Simonek

489

## Órgãos de defesa da concorrência

Art. 33. As agências reguladoras poderão articular-se com os órgãos de defesa do meio ambiente mediante a celebração de convênios e acordos de cooperação, visando ao intercâmbio de informações, à padronização de exigências e procedimentos, à celeridade na emissão de licenças ambientais e à maior eficiência nos processos de fiscalização.

Prof. Nick Simonek

490

# ARTICULAÇÃO ENTRE AGÊNCIAS

Prof. Nick Simonek

491

## Articulação entre Agências

Pretendeu o legislador trazer a possibilidade de edição de atos normativos em conjunto entre diferentes agências, considerando a similaridade entre a matéria envolvida naquele nicho de mercado.

Prof. Nick Simonek

492

## Articulação entre Agências

É que em determinadas situações a atividade econômica pode estar sujeita a diferentes controles das agências o que faz com que seja necessária a atuação em conjunto, desde que respeitados os requisitos similares a edição de um ato em separado.

Prof. Nick Simonek

493

## Articulação entre Agências

Art. 29. No exercício de suas competências definidas em lei, duas ou mais agências reguladoras poderão editar atos normativos conjuntos dispendo sobre matéria cuja disciplina envolva agentes econômicos sujeitos a mais de uma regulação setorial.

Prof. Nick Simonek

494

## Articulação entre Agências

§ 1º Os atos normativos conjuntos deverão ser aprovados pelo conselho diretor ou pela diretoria colegiada de cada agência reguladora envolvida, por procedimento idêntico ao de aprovação de ato normativo isolado, observando-se em cada agência as normas aplicáveis ao exercício da competência normativa previstas no respectivo regimento interno.

Prof. Nick Simonek

495

## Articulação entre Agências

§ 2º Os atos normativos conjuntos deverão conter regras sobre a fiscalização de sua execução e prever mecanismos de solução de controvérsias decorrentes de sua aplicação, podendo admitir solução mediante mediação, nos termos da Lei nº 13.140, de 26 de junho de 2015 (Lei da Mediação), ou mediante arbitragem por comissão integrada, entre outros, por representantes de todas as agências reguladoras envolvidas.

Prof. Nick Simonek

496

## Articulação entre Agências

Art. 30. As agências reguladoras poderão constituir comitês para o intercâmbio de experiências e informações entre si ou com os órgãos integrantes do Sistema Brasileiro de Defesa da Concorrência (SBDC), visando a estabelecer orientações e procedimentos comuns para o exercício da regulação nas respectivas áreas e setores e a permitir a consulta recíproca quando da edição de normas que impliquem mudanças nas condições dos setores regulados.

Prof. Nick Simonek

497

## Articulação entre Agências

É possível, mediante acordo entre as agências, promover a articulação de suas atividades com as de agências reguladoras ou órgãos de regulação dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, nas respectivas áreas de competência, implementando, a seu critério e mediante acordo de cooperação, a descentralização de suas atividades fiscalizatórias, sancionatórias e arbitrais, exceto quanto a atividades do Sistema Único de Saúde (SUS), que observarão o disposto em legislação própria.

Prof. Nick Simonek

498

## **Articulação entre Agências**

O que não é possível é a delegação de competências normativas. Arts. 34 e 35.

Prof. Nick Simonek

499

## **TEORIA DA CAPTURA**

Prof. Nick Simonek

500

## Teoria da Captura

Situação em que o poder regulatório resta comprometido em razão da captura da agência reguladora ou de seus servidores por parte dos agentes econômicos ou mesmo do governo central através de influências político econômicas que comprometem a independência e tecnicidade da agência reguladora.

Prof. Nick Simonek

501

## QUESTÃO

(SENADO - FGV - 2022) Imagine que a Agência Reguladora Federal Alfa foi cooptada pelo setor empresarial regulado, diante do forte poderio econômico das empresas atuantes no mercado. Assim, a Agência Alfa acabou por abandonar a atuação imparcial e técnica que deveria ter e passou a operar em benefício dos próprios regulados, servindo de instrumento para proteção e benefício de interesses setoriais que deveriam ser fiscalizados.

Prof. Nick Simonek

502

## QUESTÃO

Essa situação hipotética é tratada pela doutrina de Direito Administrativo como teoria

- a) dos motivos determinantes.
- b) do risco administrativo.
- c) da captura.
- d) da aparência.
- e) do fato consumado.

Prof. Nick Simonek

503

## DOCTRINA CHENERY

Prof. Nick Simonek

504

## Doutrina Chenery

A respectiva teoria, oriunda do direito americano, surge em dois casos emblemáticos que envolveram a companhia Chenery Corp. No primeiro caso, a companhia adquiriu ações específicas no mercado tendo a Security Exchange Commission - SEC anulado a operação. A partir daí a Chenery Corp ingressou na Suprema Corte Americana e obteve decisão revertendo a posição originária de anulação praticada pela SEC, tendo sido determinada a reavaliação da decisão anulatória.

Prof. Nick Simonek

505

## Doutrina Chenery

Posteriormente, a SEC reviu a decisão e manteve a anulação por afronta ao regulamento editado por esta. Após, a Suprema Corte Americana decidiu favoravelmente à SEC, entendendo que a decisão proferida se encontrava dentro do âmbito da função do órgão governamental, surgindo a partir daí a Doutrina Chenery.

Prof. Nick Simonek

506

# DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

Prof. Nick Simonek

507

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

FALHAS DE GOVERNO: Trata-se da situação em que o Estado vem a falhar na atividade de regulação. Em verdade a ação do Estado para corrigir falhas de mercado resulta em ineficiências, custos excessivos ou efeitos colaterais negativos, muitas vezes piores do que o problema original.

Prof. Nick Simonek

508

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

- 1) captura de interesse do ente regulador por parte de um dos segmentos sociais regulados;
- 2) ineficiência e incapacidade técnica por parte dos agentes públicos especialistas em regulação de mercado;
- 3) dissonância entre as políticas públicas de regulação e a realidade fático econômica do mercado;
- 4) alta carga tributária;

Prof. Nick Simonek

509

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

- 5) procedimentos administrativos excessivamente burocráticos e lentos, o que torna a autorização para exploração de determinada atividade econômica extremamente custosa;
- 6) morosidade judicial para resolução de conflitos de interesses;

Prof. Nick Simonek

510

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

7) usurpação de competência exclusiva de um poder constituído pelo outro, gerando crise institucional, instabilidade política e insegurança jurídica.

Prof. Nick Simonek

511

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

Desregulação: Em relação a desregulação, temos a situação em que o Estado efetivamente exerce o poder regulatório de forma inadequada, causando prejuízo a determinado nicho econômico.

Prof. Nick Simonek

512

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

Pela desregulação temos a constatação que o custo regulatório se tornou demasiadamente excessivo, passando a termos um abandono gradativo da heterorregulação.

Prof. Nick Simonek

513

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

Logo, pela desregulação temos a situação de abandono gradativo da heterorregulação em razão de políticas públicas incorretas praticadas pelo Estado no âmbito de seu poder regulatório.

**É PROIBIDO PROIBIR!**

Prof. Nick Simonek

514

## **DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO**

Tema parecido, mas que não se confunde com desregulação, constou na Lei de Liberdade Econômica dispositivo sobre o abuso do poder regulatório, art. 4º, da Lei 13.784/2019, senão vejamos:

Prof. Nick Simonek

515

## **DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO**

Art. 4º É dever da administração pública e das demais entidades que se vinculam a esta Lei, no exercício de regulamentação de norma pública pertencente à legislação sobre a qual esta Lei versa, exceto se em estrito cumprimento à previsão explícita em lei, evitar o abuso do poder regulatório de maneira a, indevidamente:

Prof. Nick Simonek

516

## **DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO**

I - criar reserva de mercado ao favorecer, na regulação, grupo econômico, ou profissional, em prejuízo dos demais concorrentes;

II - redigir enunciados que impeçam a entrada de novos competidores nacionais ou estrangeiros no mercado;

Prof. Nick Simonek

517

## **DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO**

III - exigir especificação técnica que não seja necessária para atingir o fim desejado;

IV - redigir enunciados que impeçam ou retardem a inovação e a adoção de novas tecnologias, processos ou modelos de negócios, ressalvadas as situações consideradas em regulamento como de alto risco;

Prof. Nick Simonek

518

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

V - aumentar os custos de transação sem demonstração de benefícios;

VI - criar demanda artificial ou compulsória de produto, serviço ou atividade profissional, inclusive de uso de cartórios, registros ou cadastros;

VII - introduzir limites à livre formação de sociedades empresariais ou de atividades econômicas;

Prof. Nick Simonek

519

## DESREGULAÇÃO X FALHAS DE GOVERNO X ABUSO DO PODER REGULATÓRIO

VIII - restringir o uso e o exercício da publicidade e propaganda sobre um setor econômico, ressalvadas as hipóteses expressamente vedadas em lei federal; e

IX - exigir, sob o pretexto de inscrição tributária, requerimentos de outra natureza de maneira a mitigar os efeitos do inciso I do caput do art. 3º desta Lei.

Prof. Nick Simonek

520

# SANDBOX REGULATÓRIO

Prof. Nick Simonek

521

## SANDBOX REGULATÓRIO

LC 182/2021

Art. 11. Os órgãos e as entidades da administração pública com competência de regulamentação setorial poderão, individualmente ou em colaboração, no âmbito de programas de ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório), afastar a incidência de normas sob sua competência em relação à entidade regulada ou aos grupos de entidades reguladas.

Prof. Nick Simonek

522

## SANDBOX REGULATÓRIO

§ 1º A colaboração a que se refere o caput deste artigo poderá ser firmada entre os órgãos e as entidades, observadas suas competências.

§ 2º Entende-se por ambiente regulatório experimental (sandbox regulatório) o disposto no inciso II do caput do art. 2º desta Lei Complementar.

Prof. Nick Simonek

523

## SANDBOX REGULATÓRIO

§ 3º O órgão ou a entidade a que se refere o caput deste artigo disporá sobre o funcionamento do programa de ambiente regulatório experimental e estabelecerá:

Prof. Nick Simonek

524

## SANDBOX REGULATÓRIO

I - os critérios para seleção ou para qualificação do regulado;

II - a duração e o alcance da suspensão da incidência das normas; e

III - as normas abrangidas.

Prof. Nick Simonek

525

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

Prof. Nick Simonek

526

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

Primeiro: o que a regulação tem a ver com esse tema?

A regulação muitas vezes existe justamente para forçar agentes econômicos a identificarem e gerenciarem riscos que podem afetar a sociedade, o meio ambiente ou o mercado.

Prof. Nick Simonek

527

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

A regulação moderna está diretamente relacionada à gestão de riscos. Ela exige que os agentes econômicos conheçam, analisem e tratem seus riscos e fornece um arcabouço legal para garantir a segurança, a estabilidade e o interesse público. A principal norma sobre o tema é a ISO 31000 (Gestão de Riscos).

Prof. Nick Simonek

528

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

A análise de risco identifica um problema potencial, avalia a probabilidade da sua ocorrência, estima o seu impacto e sugere as medidas para solucioná-lo. A análise de risco é um processo para a coleta e avaliação, sistemática e transparente, de informações científicas relevantes sobre um perigo e definição da melhor opção de gerenciá-lo.

Prof. Nick Simonek

529

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

Quais são os princípios sobre análise de risco?

1. A análise de risco é um processo estruturado, composto de três componentes: avaliação de risco, gerenciamento de risco e comunicação de risco.
2. Deve ser baseada em todos os dados científicos disponíveis.
3. Deve apresentar consistência.

Prof. Nick Simonek

530

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

4. Deve ser um processo aberto, transparente e totalmente documentado.
5. Quando novas evidências científicas forem encontradas após a conclusão da análise, é necessário reavaliá-la e, quando indicado, fazer modificações.
6. As incertezas e variabilidades devem ser consideradas e explicitadas claramente.

Prof. Nick Simonek

531

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em relação a comunicação do risco temos a troca de informações e de opiniões entre avaliadores de risco, gestores de risco, consumidores, indústria, comunidade científica e outros interessados, necessária durante todo o processo de análise de risco, a respeito dos perigos e riscos, fatores de risco associados e percepção de risco.

Prof. Nick Simonek

532

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

A principal norma sobre o tema é a ISO 31000 que nada mais é do que uma norma internacional que fornece princípios e diretrizes para a gestão de riscos em organizações.

A norma estabelece princípios fundamentais que sustentam uma gestão de riscos eficaz, como a criação e proteção de valor, a integração com os processos organizacionais, a abordagem sistemática e a adaptação ao contexto.

Prof. Nick Simonek

533

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

E as principais ferramentas de gestão de risco, em resumo:

1. Matriz SWOT: Ferramenta que ajuda a identificar os pontos fortes, pontos fracos, oportunidades e ameaças em relação a um projeto, produto ou organização.
2. Análise de Cenários: Criação de cenários hipotéticos para entender os possíveis impactos de eventos incertos.

Prof. Nick Simonek

534

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

3. **Análise de Árvore de Decisão:** Utilizada para avaliar alternativas de ação em situações de alta incerteza.
4. **Análise Preliminar de Riscos (APR):** É uma ferramenta que envolve um estudo detalhado, antecipando a análise dos cenários das etapas do processo.

Prof. Nick Simonek

535

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

5. **Método de Delphi:** Busca o consenso em soluções de problemas através de questionários enviados a especialistas de forma anônima. Suas respostas são agregadas e compartilhadas com o grupo após cada rodada, visando alcançar a resposta correta por meio do consenso.

Prof. Nick Simonek

536

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

6. Diagrama de Espinha de Peixe: É uma técnica de análise de causa e efeito para identificar a causa raiz de um problema. Ele quebra o problema em partes, direcionando a equipe a pensar em causas alternativas.

Prof. Nick Simonek

537

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

7. Técnica “What If” (E se?): É uma ferramenta que consiste em usar essa pergunta em diferentes situações aplicadas ao processo. Requer reunir uma equipe e acessar documentos como planta da fábrica e fluxogramas para antecipar cenários, eventos, causas e consequências.

Prof. Nick Simonek

538

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

8. Check-List: Também chamada de Folha de Verificação, esta é uma ferramenta originalmente utilizada na área da qualidade para conferência de produtos. Devido à sua facilidade de uso, passou a ser aplicado também no gerenciamento de riscos como uma forma eficiente de realizar verificações e garantir a conformidade com os procedimentos estabelecidos.

Prof. Nick Simonek

539

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

E qual a principal técnica de análise de risco? A matriz FMEA.

A FMEA nada mais é do que uma ferramenta visual usada dentro da metodologia Failure Mode and Effects Analysis (FMEA) para avaliar e priorizar riscos associados a potenciais modos de falha em um sistema, produto ou processo.

Prof. Nick Simonek

540

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

Basicamente tal matriz ajuda a avaliar riscos com base em três fatores principais: Severidade, Ocorrência e Detecção. Esta matriz fornece uma abordagem estruturada para identificar e abordar áreas de alto risco, permitindo que as organizações se concentrem em mitigar os riscos mais críticos de forma eficaz.

Prof. Nick Simonek

541

## GERENCIAMENTO DE RISCOS

Trata-se de uma técnica sistemática de avaliação de risco projetada para identificar modos de falha em potencial, analisar suas causas e efeitos e priorizar ações para prevenir ou reduzir essas falhas. Ao enfatizar a detecção e a prevenção precoces, a FMEA ajuda as organizações a evitarem erros dispendiosos e melhorar a qualidade geral.

Prof. Nick Simonek

542

## QUESTÕES

1. (FGV - SENADO – 2022) 2022 Imagine que a Agência Reguladora Federal Alfa foi cooptada pelo setor empresarial regulado, diante do forte poderio econômico das empresas atuantes no mercado. Assim, a Agência Alfa acabou por abandonar a atuação imparcial e técnica que deveria ter e passou a operar em benefício dos próprios regulados, servindo de instrumento para proteção e benefício de interesses setoriais que deveriam ser fiscalizados.

Prof. Nick Simonek

543

## QUESTÕES

Essa situação hipotética é tratada pela doutrina de Direito Administrativo como teoria

- a) dos motivos determinantes.
- b) do risco administrativo.
- c) da captura.
- d) da aparência.
- e) do fato consumado.

Prof. Nick Simonek

544

## QUESTÕES

Comentários:

Pela teoria da captura o ente regulador passa a ser capturado pelos regulados ou pelo governo central, com a satisfação dos interesses dos grupos econômicos regulados em detrimento dos consumidores. Há o risco potencial de captura dos interesses (teoria da captura) pelos grupos economicamente mais fortes e politicamente mais influentes, em detrimento de consumidores e usuários de serviços públicos regulados.

Gabarito: C

Prof. Nick Simonek

545

## QUESTÕES

2. (FGV - SEFAZ BA – 2021) As agências reguladoras têm como características a autonomia funcional, decisória, financeira e administrativa. Apesar das prerrogativas previstas em lei, elas devem seguir algumas regras específicas.

Assinale a opção que indica uma dessas regras.

Prof. Nick Simonek

546

## QUESTÕES

a) A elaboração de plano estratégico bienal, em consonância com as diretrizes decorrentes da subordinação hierárquica perante o ministério supervisor.

b) A contratação de dirigentes por meio de procedimento idôneo e formal, respeitada arguição pública no Senado Federal, além de mandato fixo destituível apenas por condenação judicial transitada em julgado.

Prof. Nick Simonek

547

## QUESTÕES

c) A adoção de práticas de gestão de riscos e controles internos, bem como elaboração de programa de integridade visando o combate a fraudes e atos de corrupção.

d) A qualificação como agência reguladora recebida por ministro da justiça, por ato vinculado, desde que apresentado plano de reestruturação e desenvolvimento para a melhoria da gestão.

Prof. Nick Simonek

548

## QUESTÕES

e) O estabelecimento de conselho fiscal e administração com composição paritária, constituído por agentes públicos e membros da sociedade civil, vedada remuneração.

Prof. Nick Simonek

549

## QUESTÕES

Comentários:

De acordo com a Lei nº 13.848/2019, as agências reguladoras deverão adotar práticas de gestão de riscos e controles internos, bem como elaboração de programa de integridade visando o combate a fraudes e atos de corrupção. Vejamos: “Art. 2º. § 3º As agências reguladoras devem adotar práticas de gestão de riscos e de controle interno e elaborar e divulgar programa

Prof. Nick Simonek

550

## QUESTÕES

de integridade, com o objetivo de promover a adoção de medidas e ações institucionais destinadas à prevenção, à detecção, à punição e à remediação de fraudes e atos de corrupção”.

Gabarito: C

Prof. Nick Simonek

551

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Prof. Nick Simonek

552

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Iniciando, temos uma inovação que é justamente a análise de impacto regulatório sendo essa uma condição para alteração de atos normativos que tratem sobre o interesse geral de agentes econômicos ou de usuários de serviços prestados.

Prof. Nick Simonek

553

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

A origem de tal concepção se deu com o efetivo surgimento da expressão custo regulatório, ou seja, determinadas atividades econômicas, a partir de uma regulação incisiva, passariam a se tornar efetivamente onerosas, fato que desaceleraria o estímulo a continuidade. Logo, a cada intervenção regulatória, caberia uma análise aprofundada sobre o real custo da edição de novos atos normativos técnicos.

Prof. Nick Simonek

554

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Frise-se que na outra ponta há a chamada revisão qualitativa de regulação que busca manter os esforços do Estado Regulador, de forma a editar novos atos normativos substituindo algo que já estaria superado.

Prof. Nick Simonek

555

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Nesse sentido, o que importa para fins de prova é que houve a implementação, a partir de recomendação da OCDE, do instituto da análise de impacto regulatório no cenário nacional. Em tese são 03 leis que preveem de forma expressa o instituto: **1) Decreto Lei de nº 4.657/42 (LINDB); 2) Lei de nº 13.848/2019 que trata sobre as agências reguladoras; 3) Lei de nº 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica).**

Prof. Nick Simonek

556

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Vejamos os dispositivos:

Art. 20. Nas esferas administrativa, controladora e judicial, não se decidirá com base em valores jurídicos abstratos sem que sejam consideradas as consequências práticas da decisão.

Prof. Nick Simonek

557

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Art. 6º A adoção e as propostas de alteração de atos normativos de interesse geral dos agentes econômicos, consumidores ou usuários dos serviços prestados serão, nos termos de regulamento, precedidas da realização de Análise de Impacto Regulatório (AIR), que conterà informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo. (Regulamento)

Prof. Nick Simonek

558

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

§ 1º Regulamento disporá sobre o conteúdo e a metodologia da AIR, sobre os quesitos mínimos a serem objeto de exame, bem como sobre os casos em que será obrigatória sua realização e aqueles em que poderá ser dispensada.

Prof. Nick Simonek

559

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

§ 2º O regimento interno de cada agência disporá sobre a operacionalização da AIR em seu âmbito.

§ 3º O conselho diretor ou a diretoria colegiada manifestar-se-á, em relação ao relatório de AIR, sobre a adequação da proposta de ato normativo aos objetivos pretendidos, indicando se os impactos estimados recomendam sua adoção, e, quando for o caso, quais os complementos necessários.

Prof. Nick Simonek

560

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

§ 4º A manifestação de que trata o § 3º integrará, juntamente com o relatório de AIR, a documentação a ser disponibilizada aos interessados para a realização de consulta ou de audiência pública, caso o conselho diretor ou a diretoria colegiada decida pela continuidade do procedimento administrativo.

Prof. Nick Simonek

561

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

§ 5º Nos casos em que não for realizada a AIR, deverá ser disponibilizada, no mínimo, nota técnica ou documento equivalente que tenha fundamentado a proposta de decisão.

Prof. Nick Simonek

562

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Art. 5º As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterà informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico. (Regulamento)

Prof. Nick Simonek

563

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a data de início da exigência de que trata o caput deste artigo e sobre o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória sua realização e as hipóteses em que poderá ser dispensada.

Prof. Nick Simonek

564

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Art. 5º As propostas de edição e de alteração de atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados, editadas por órgão ou entidade da administração pública federal, incluídas as autarquias e as fundações públicas, serão precedidas da realização de análise de impacto regulatório, que conterà informações e dados sobre os possíveis efeitos do ato normativo para verificar a razoabilidade do seu impacto econômico. (Regulamento)

Prof. Nick Simonek

565

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Parágrafo único. Regulamento disporá sobre a data de início da exigência de que trata o caput deste artigo e sobre o conteúdo, a metodologia da análise de impacto regulatório, os quesitos mínimos a serem objeto de exame, as hipóteses em que será obrigatória sua realização e as hipóteses em que poderá ser dispensada.

Prof. Nick Simonek

566

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

A Análise de Impacto Regulatório (AIR) não é aplicada a atos normativos que se enquadram nas seguintes categorias:

- Atos administrativos internos: aqueles cujos efeitos são restritos ao próprio órgão ou entidade.
- Atos de efeitos concretos: normas que disciplinam uma situação específica com destinatários individualizados.

Prof. Nick Simonek

567

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

- Normas orçamentárias e financeiras: atos que tratam exclusivamente de execução orçamentária e financeira.
- Políticas cambial e monetária: regulamentos que se referem estritamente a essas políticas.
- Segurança nacional: normas que abordam temas de segurança nacional.
- Consolidação de normas: Atos que somente consolidam outras normas sobre matérias específicas, sem alterar seu conteúdo (mérito).

Prof. Nick Simonek

568

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

Art. 4º A AIR poderá ser dispensada, desde que haja decisão fundamentada do órgão ou da entidade competente, nas hipóteses de:

I - urgência;

II - ato normativo destinado a disciplinar direitos ou obrigações definidos em norma hierarquicamente superior que não permita, técnica ou juridicamente, diferentes alternativas regulatórias;

Prof. Nick Simonek

569

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

III - ato normativo considerado de baixo impacto;

IV - ato normativo que vise à atualização ou à revogação de normas consideradas obsoletas, sem alteração de mérito;

Prof. Nick Simonek

570

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

V - ato normativo que vise a preservar liquidez, solvência ou hígidez:

- a) dos mercados de seguro, de resseguro, de capitalização e de previdência complementar;
- b) dos mercados financeiros, de capitais e de câmbio; ou
- c) dos sistemas de pagamentos;

VI - ato normativo que vise a manter a convergência a padrões internacionais;

Prof. Nick Simonek

571

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

VII - ato normativo que reduza exigências, obrigações, restrições, requerimentos ou especificações com o objetivo de diminuir os custos regulatórios; e

VIII - ato normativo que revise normas desatualizadas para adequá-las ao desenvolvimento tecnológico consolidado internacionalmente, nos termos do disposto no Decreto nº 10.229, de 5 de fevereiro de 2020.

Prof. Nick Simonek

572

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

§ 1º Nas hipóteses de dispensa de AIR, será elaborada nota técnica ou documento equivalente que fundamente a proposta de edição ou de alteração do ato normativo.

§ 2º Na hipótese de dispensa de AIR em razão de urgência, a nota técnica ou o documento equivalente de que trata o § 1º deverá, obrigatoriamente, identificar o problema regulatório que se pretende solucionar e os

Prof. Nick Simonek

573

## ANÁLISE DE IMPACTO REGULATÓRIO

objetivos que se pretende alcançar, de modo a subsidiar a elaboração da ARR, observado o disposto no art. 12.

§ 3º Ressalvadas informações com restrição de acesso, nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, a nota técnica ou o documento equivalente de que tratam o § 1º e o § 2º serão disponibilizados no sítio eletrônico do órgão ou da entidade competente, conforme definido nas normas próprias.

Prof. Nick Simonek

574

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

Procedimento de verificação dos efeitos decorrentes da edição de ato normativo, considerados o alcance dos objetivos originalmente pretendidos e os demais impactos observados sobre o mercado e a sociedade, em decorrência de sua implementação.

Prof. Nick Simonek

575

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

Art. 12. Os atos normativos cuja AIR tenha sido dispensada em razão de urgência serão objeto de ARR no prazo de três anos, contado da data de sua entrada em vigor.

Prof. Nick Simonek

576

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

Art. 13. Os órgãos e as entidades implementarão estratégias para integrar a ARR à atividade de elaboração normativa com vistas a, de forma isolada ou em conjunto, proceder à verificação dos efeitos obtidos pelos atos normativos de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados.

Prof. Nick Simonek

577

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

§ 1º A ARR poderá ter caráter temático e ser realizada apenas quanto a partes específicas de um ou mais atos normativos.

Prof. Nick Simonek

578

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

§ 2º Os órgãos e as entidades da administração pública federal direta, autárquica e fundacional, com competência para edição de atos normativos sujeitos à elaboração de AIR nos termos de que trata este Decreto, instituirão agenda de ARR e nela incluirão, no mínimo, um ato normativo de interesse geral de agentes econômicos ou de usuários dos serviços prestados de seu estoque regulatório.

Prof. Nick Simonek

579

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

§ 3º A escolha dos atos normativos que integrarão a agenda de ARR a que se refere o § 2º observará, preferencialmente, um ou mais dos seguintes critérios:

I - ampla repercussão na economia ou no País;

II - existência de problemas decorrentes da aplicação do referido ato normativo;

Prof. Nick Simonek

580

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

III - impacto significativo em organizações ou grupos específicos;

IV - tratamento de matéria relevante para a agenda estratégica do órgão; ou

V - vigência há, no mínimo, cinco anos.

Prof. Nick Simonek

581

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

§ 4º Os órgãos e as entidades divulgarão, no primeiro ano de cada mandato presidencial, em seu sítio eletrônico, a agenda de ARR, que deverá ser concluída até o último ano daquele mandato e conter a relação de atos normativos submetidos à ARR, a justificativa para sua escolha e o seu cronograma para elaboração da ARR.

Prof. Nick Simonek

582

## AVALIAÇÃO DE RESULTADO REGULATÓRIO

§ 5º Concluído o procedimento de que trata este artigo, as ARRs elaboradas serão divulgadas no sítio eletrônico do órgão ou da entidade, ressalvadas as informações com restrição de acesso nos termos do disposto na Lei nº 12.527, de 2011.

Prof. Nick Simonek

583

## QUESTÃO

(FGV – CAMARA DE TAUBATE – 2024) Suponha que determinado município sofra com problemas no fornecimento de água, seja por problemas de qualidade ou por interrupções recorrentes, e avalie como necessária a existência de uma entidade reguladora para fiscalizar esse serviço público no âmbito municipal.

Com base no exposto, assinale a opção que apresenta corretamente as informações sobre essa intenção do município.

Prof. Nick Simonek

584

## QUESTÃO

- A) É possível que o Poder Executivo qualifique agência executiva municipal como agência reguladora.
- B) Apenas com decreto da União poderá ser autorizada a criação de Agência Reguladora Federal para essa função.
- C) Não é viável a criação de agência reguladora além das previstas na Constituição Federal de 1988.

Prof. Nick Simonek

585

## QUESTÃO

- D) A criação ou manutenção da existência de qualquer agência reguladora é vedado, pois violaria o princípio supremacia do interesse público.
- E) O próprio município pode criar agência reguladora por meio de lei específica.

Prof. Nick Simonek

586

## QUESTÃO

Uma recente lei federal estabeleceu diretrizes rigorosas para a produção e a comercialização de produtos orgânicos, criando um selo de certificação obrigatório e um sistema de multas para empresas que não cumprirem os novos padrões. Adicionalmente, a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) publicou uma resolução detalhando as especificações técnicas para a rotulagem desses produtos e as penalidades aplicáveis.

Prof. Nick Simonek

587

## QUESTÃO

Em um caso específico, uma pequena cooperativa de agricultores familiares, após ser autuada por vender produtos sem o selo de certificação, entrou com um recurso administrativo, alegando que os custos do processo de certificação eram proibitivos e, por isso, a norma federal violava o princípio da livre iniciativa.

Considerando o cenário descrito e o que dispõe o Art. 174 da Constituição Federal de 1988, analise a atuação do Estado e assinale a alternativa correta.

Prof. Nick Simonek

588

## QUESTÃO

a) A atuação do Estado, ao criar um selo de certificação e estabelecer multas, configura um fomento e um planejamento para o setor privado, pois incentiva a qualidade dos produtos e orienta o mercado, em consonância com as suas funções regulatórias.

Prof. Nick Simonek

589

## QUESTÃO

b) A Anvisa, ao editar a resolução com especificações técnicas e penalidades, cumpre sua função como agente normativo e regulador, utilizando o poder de polícia para supervisionar a atividade econômica e garantir a proteção do consumidor, o que justifica as sanções impostas à cooperativa.

Prof. Nick Simonek

590

## QUESTÃO

c) A imposição de multas à cooperativa de agricultores demonstra um desvio de finalidade do Estado, que deveria atuar apenas como agente indicativo para o setor privado, sem intervir diretamente nas atividades econômicas com caráter punitivo.

Prof. Nick Simonek

591

## QUESTÃO

d) O caso evidencia uma mediação do Estado entre os interesses públicos e privados, uma vez que a cooperativa utilizou um instrumento jurídico transnacional de composição extrajudicial de conflitos para recorrer da atuação, o que demonstra a flexibilidade da atuação estatal.

Prof. Nick Simonek

592

## QUESTÃO

e) O Estado, ao regulamentar a produção de orgânicos, exerce sua função de planejamento determinante para o setor privado, de forma a suprimir a livre iniciativa em prol da segurança alimentar, o que legitima as sanções aplicadas à cooperativa.

Prof. Nick Simonek

593

## QUESTÃO

Comentários

A alternativa correta é a letra B.

A alternativa A está incorreta. A criação do selo e a aplicação de multas não se enquadram como fomento, mas sim como funções de fiscalização e exercício do poder de polícia. Fomento seria a concessão de subsídios ou linhas de crédito especiais para a cooperativa, por exemplo. O planejamento, embora presente, não é a característica principal da ação punitiva.

Prof. Nick Simonek

594

## QUESTÃO

A alternativa B está correta. A atuação da Anvisa é um exemplo clássico do poder de polícia administrativa, que se manifesta por meio de atos normativos (a resolução) e da fiscalização, com a aplicação de sanções (multas) em caso de descumprimento das regras. Essa função é inerente ao papel do Estado como agente regulador, conforme o Art. 174, visando a ordem econômica e a proteção de interesses sociais, como a saúde pública e a informação ao consumidor.

Prof. Nick Simonek

595

## QUESTÃO

Veamos: “Art. 174. Como agente normativo e regulador da atividade econômica, o Estado exercerá, na forma da lei, as funções de fiscalização, incentivo e planejamento, sendo este determinante para o setor público e indicativo para o setor privado.”

A alternativa C está incorreta. O Estado, pelo Art. 174, atua tanto de forma determinante para o setor público quanto indicativa para o setor privado, mas ambas as atuações estão inseridas no contexto de sua função normativa e reguladora.

Prof. Nick Simonek

596

## QUESTÃO

A alternativa D está incorreta. A mediação é um mecanismo de resolução de conflitos, mas o que a cooperativa utilizou foi um recurso administrativo, um instrumento interno e judicial-administrativo, não um instrumento transnacional.

A alternativa E está incorreta. O planejamento é determinante para o setor público, e indicativo para o setor privado. Embora a regulamentação possa, de fato, limitar a livre iniciativa em benefício de outros valores (como a segurança alimentar), ela não a suprime.

Prof. Nick Simonek

597

## QUESTÃO

Desregulação é o processo de

A) supervisão sem fiscalização, sendo uma das principais atividades das agências reguladoras.

B) orientação que se refere a um conjunto de regras e normas estabelecidas pelo Estado, para controlar e orientar o comportamento de consumidores em determinados setores da economia.

Prof. Nick Simonek

598

## QUESTÃO

C) interação entre as agências reguladoras e o CADE, sendo essencial para garantir a efetividade das políticas de regulação e defesa da concorrência.

D) redução ou eliminação de normas governamentais em um setor econômico, com o objetivo de aumentar a eficiência econômica, reduzir custos para as empresas e promover a inovação e a concorrência.

Prof. Nick Simonek

599

## QUESTÃO

E) reintrodução ou modificação de regulamentações em resposta a falhas de mercado, crises econômicas ou mudanças nas prioridades políticas e sociais.

Prof. Nick Simonek

600

## QUESTÃO

Comentários:

Abandono gradativo da regulação econômica com eliminação de normas governamentais.

Gabarito: D

Prof. Nick Simonek

601

## QUESTÃO

A análise de impacto regulatório de uma proposta de proibição de venda de bebidas alcoólicas em supermercados deve considerar as seguintes variáveis:

- A) opinião dos consumidores e repercussões políticas.
- B) valores morais e religiosos da maioria da população.
- C) melhoria da saúde pública e restrição à liberdade econômica.

Prof. Nick Simonek

602

## QUESTÃO

D) importância de controlar o consumo de produtos perigosos e queda na arrecadação tributária.

E) limitação da escolha individual e respeito à dignidade da pessoa humana.

Prof. Nick Simonek

603

## QUESTÃO

Comentários:

De fato, pessoal. Uma análise de impacto regulatório eficaz deve considerar tanto a melhoria da saúde pública quanto a restrição à liberdade econômica ao avaliar a proposta de proibição de venda de bebidas alcoólicas em supermercados.

Prof. Nick Simonek

604

## QUESTÃO

Nesse sentido, os formuladores de políticas podem tomar decisões mais bem embasadas, pesando os benefícios para a saúde e a segurança pública em relação aos impactos econômicos e à liberdade de escolha dos consumidores.

Prof. Nick Simonek

605

## QUESTÃO

No que diz respeito à melhoria da saúde pública, podemos analisar alguns aspectos:

- ▶ Redução de danos à saúde;
- ▶ Prevenção de acidentes e crimes.

Por sua vez, no que diz respeito à restrição à liberdade econômica, podemos analisar os seguintes fatores:

- ▶ Impacto nos negócios;
- ▶ Concorrência e escolha do consumidor.

Gabarito: C

Prof. Nick Simonek

606

## QUESTÃO

No que se refere às entidades da Administração Indireta federal, o controle administrativo por meio do regime de “tutela”, também chamado de “supervisão”,

A) é aplicável apenas às pessoas jurídicas de direito público, não alcançando as pessoas jurídicas de direção privado, sujeitas a regime de mais ampla autonomia.

Prof. Nick Simonek

607

## QUESTÃO

B) consiste na subordinação hierárquica da entidade da Administração Indireta a determinado órgão da Administração Direta, geralmente, um Ministério.

C) não alcança as agências reguladoras, em decorrência de sua natureza especial.

Prof. Nick Simonek

608

## QUESTÃO

D) pressupõe, independentemente de previsão legal, a possibilidade de interposição de recurso em face das decisões tomadas pela maior autoridade da entidade da Administração Indireta, devendo ser dirigido à autoridade da Administração Direta à qual está vinculada.

E) limita-se à nomeação dos respectivos dirigentes, pois tais entidades são dotadas de capacidade de autoadministração.

Prof. Nick Simonek

609

## QUESTÃO

Comentários:

A alternativa C está correta, pois o controle administrativo por meio do regime de “tutela”, também chamado de “supervisão”, não alcança as agências reguladoras, em decorrência de sua natureza especial.

É o que prevê a Lei 13.848/2019:

Prof. Nick Simonek

610

## QUESTÃO

Art. 3º A natureza especial conferida à agência reguladora é caracterizada pela ausência de tutela ou de subordinação hierárquica, pela autonomia funcional, decisória, administrativa e financeira e pela investidura a termo de seus dirigentes e estabilidade durante os mandatos, bem como pelas demais disposições constantes desta Lei ou de leis específicas voltadas à sua implementação.

Prof. Nick Simonek

611

## QUESTÃO

Vamos aos erros das demais alternativas:

A alternativa A está errada porque o controle administrativo de tutela alcança tanto as pessoas jurídicas de direito público quanto as pessoas jurídicas de direito privado.

Prof. Nick Simonek

612

## QUESTÃO

Já a alternativa B está errada porque não há subordinação hierárquica no controle administrativo de tutela, que possui natureza finalística.

O erro da alternativa D é que o controle administrativo de tutela não pressupõe a possibilidade de interposição de recurso em face das decisões tomadas pela maior autoridade da entidade da Administração Indireta.

Prof. Nick Simonek

613

## QUESTÃO

Além disso, nos casos excepcionais em que for cabível recurso (impróprio), haverá a necessidade de previsão legal.

Nesse sentido, vejamos a seguinte doutrina:

Prof. Nick Simonek

614

## QUESTÃO

Além disso, nos casos excepcionais em que for cabível recurso (impróprio), haverá a necessidade de previsão legal.

Por fim, a alternativa E está errada porque o controle de tutela ou supervisão ministerial não fica adstrito à nomeação dos respectivos dirigentes, indo muito além disso:

Portanto, gabarito alternativa C.

Gabarito: C

Prof. Nick Simonek

615

# OBRIGADO

Prof. Nick Simonek

616